

DOIS PONTOS

FUNDO LP CEMAP
P2/824

ANO 1 N° 3 — NOVEMBRO 75

Um Jornal de Estudante

Cr\$ 3,00

A CRISE E AS PRISÕES

Residência Médica

Greve na Bahia

CONTRATOS DE RISCO



TROCA TROCA

Troco o Rei Thor por um bobo da corte. Esse reino tá precisando de mais lucidez e menos autoritarismo.

Troco uma cadeia de Bancos de lucratividade garantida por um Contrato de Risco. Motivo: Precisamos diversificar nossas atividades. Talvez pensem que estamos procurando segurança no investir. Mas não é isso, não, palavra dos Rostchild.

Troco uma via pacífica, de idoneidade comprovada, com aval de vários países capitalistas, totalmente desarmada, por uma causa perdida, que tenha causado danos irreparáveis ao povo.

Destroco: a abertura política (houve?) pela abertura do monopólio. Motivo: A troca foi feita sem o meu consentimento sem sequer me avisarem. Observação— Se me derem a abertura política, a abertura do monopólio será devolvida automaticamente, não se preocupem.

Troco a frase: "A economia vai bem mas o povo vai mal" por outra mais atualizada. Tratar com o Ministro da Fazenda. Favor não aparecer com uma do mesmo tipo, recauchutada, pois vai dar em merda. O tema tem que ser novo, evidentemente, para acompanhar o processo.

Troco um desejo incontido por um furor uterino. Troco ou mesclo, o que é mais interessante. Depois Freud te explica.

Troca-se insuficiência cardíaca, congestiva, obstrução das coronárias, edema agudo de pulmão, hemorragia gástrica, paralisia intestinal parcial, flebite e mal de Parkinson, agravados por 3 enfartes do miocárdio e outra trombose nas coronárias por apenas um dia de loucura psicótica agravada por uma fúria colérica e amedrontadora. Motivo: necessidade de arrasar com um povinho que mora ali no norte e deixar a Espanha sem remorsos e sem nódoas. Tratar urgente com el generalíssimo.

Troco as falas do rei por um símbolo fálico. É preciso deixar de metáforas e usar uma comunicação mais direta.

EXPEDIENTE

Edição sob responsabilidade do CEAC — Centro de Estudos de Artes e Comunicação.
Correspondência para Rua Cardeal Arcoverde, 1641 — Pinheiros — São Paulo.
Participaram na elaboração desse número alunos das seguintes escolas: ECA, CIÊNCIAS SOCIAIS, POLI, FAU, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO FÍSICA, COLÉGIO EQUIPE. Números atrasados: endereço acima.
Composto e Impresso na PAT — Publicações e Assistência Técnica. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Pinheiros — São Paulo.



Crítica ao nº 1

(...) Li todinho o DOIS PONTOS. Talvez antecipando um pouco, aqui vão algumas apreciações. Apesar de não ter uma linha rígida (felizmente), o que se pode ver pelo Editorial, as matérias ainda estão mostrando muita influência das velhas posições, enfoques "sérios" que tradicionalmente compõem nos jornais de oposição. A matéria sobre DCE, por exemplo, não consegue deixar de lado um certo tom de saudade dos "velhos bons tempos", (e há, entretanto, muita coisa de ME "antigo" que precisa urgentemente ser desmistificado), ela não deixa de ser nostálgica. Aliás, a nostalgia vem exatamente da falta de desmistificação. Acho que isso não traz proveito a ninguém. É, inclusive, desmobilizador.

Insisto em que é imprescindível o constante exercício da crítica para evitar afirmações como: "A apatia desses últimos anos é um reflexo da atual política educacional do país que impede maiores movimentações", etc. ("Greve", pg. 4). Dizer isso é colocar nas mãos do governo toda a possibilidade de mobilização; é não ver a falência das organizações ou grupos que antigamente mobilizavam seus seguidores em condições que os transformavam de elementos potencialmente combativos em simples cumpridores de palavras de ordem, em meros funcionários zelando pelo maior poder do aparelho a que pertenciam na ocasião. Como aliás se diz nas primeiras linhas da pág. 5: quando não há instituições formais a polícia tem dificuldade em reconhecer a chamada liderança.

Outra coisa que o jornal de vocês precisa levar em conta é a tendência da oposição para posições populistas. No DOIS PONTOS isso corresponderia a divulgar para a misericórdia dos leitores os dramas da população brasileira sem ao mesmo tempo tratar criticamente dos temas ligados à vida diária desses mesmos leitores. **UM JORNALISTA.**

Crítica ao Nº 2

Há certas horas em que a gente, com o mais puro sentimento de coleguismo, fica preocupada com novos hóspedes do Tutóia Hilton, mormente em quadras como a atual conjuntura. Mas — e há sempre o mas — também fico encabulado com

alguns de meus futuros colegas jornalistas, pela absurda confusão que costumam fazer entre liberdade e mau uso da liberdade de imprensa. Passa pelas minhas mãos agora um jornalzinho, **DOIS PONTOS**, presumivelmente do C. A. da ECA, escola dita de Comunicações e Artes. A matéria **O SEXO NA USP**, primária, chã, chocante, pornográfica, vazada em linguagem que não se vê em "pornoshop" de Frankfurt, além da ilustração (realista), deixa a nu uma pergunta: afinal, é **ISSO** que estão ensinando a meninada a fazer? Em **QUAL** tipo de jornal ou TV eles acham que vão poder editar esse tipo de **jornalismo**? É tão licencioso e provocativo o texto, que fico pensando em provocação de extremistas (esquerda ou direita?) para prejudicar a tal ECA. E o sr. diretor, onde anda? Brigando com seus alunos ou ensinando comunicação? Com a palavra o sr. reitor da USP. Isso exige resposta! (jornal **SHOPPING NEWS** — 26/10 — **Coluna UM**).

O Sr. Cláudio Marques, que publicou o comentário acima, vinha desenvolvendo na mesma coluna, uma sistemática campanha contra o telejornalismo da TV Cultura, chegando a ilustrar seus artigos com uma charge, onde aparecia uma televisão com a inscrição — TV — VIET CULTURA. Dizia ainda que o canal 2 estava infestado de comunistas. Sua campanha terminou uma semana antes do jornalista Wladimir Herzog, que trabalhava na TV Cultura, ser preso e morrer nas dependências do DOI (também conhecido como Tutóia Hilton).

Num país em que a imprensa em geral vive se auto-censurando quando não obedece aos rigores da censura prévia, e por conseguinte, a opinião pública vê-se privada do acesso aos problemas de seu próprio país, é realmente estranho encontrar quem diga que certos jornalistas "confundam liberdade e mau uso de liberdade de imprensa". Imaginamos também que ele e seus "colegas" não tenham nada a reclamar a respeito de liberdade de imprensa, pois pisam em terreno firme e conhecido. É justamente por acreditar na maior validade de um jornalismo honesto com os seus colegas e com o seu público, que optamos por nosso trabalho — mesmo que seja num "jornalzinho" como o **DOIS PONTOS**, onde temos consciência de nosso papel como imprensa estudantil, e fazemos esforço para bem cumprir aquilo que nos propomos. A matéria **SEXO NA USP** foi uma montagem feita

com base em depoimentos de estudantes da própria USP, e se o sr. Cláudio a achou "pornográfica", é prova de que se encontra visivelmente distante do pensamento e do linguajar dos estudantes, trancado em seu gabinete. Para nós, que nunca tivemos a "oportunidade" de visitar um "pornoshop" de Frankfurt, para depois nos sentirmos avançadíssimos em termos sexuais, é realmente uma novidade: **um país subdesenvolvido que avançou apenas em termos morais**, como sua afirmação parece querer dizer, é um fato inédito na história da Civilização. E se ele tomasse mais contato com os universitários que critica, no caso, mais diretamente aqueles que estudam jornalismo, profissão que exige abertura e contato com a realidade em mudança, veria que não é preciso ser extremista de esquerda ou de direita para se usar naturalmente os termos "trepas", em vez de "ter relações sexuais" ou "cagar" em vez do pueril "fazer cocô" ou "evacuar". Nosso mundo é esse, e nosso jornal é produto de estudantes que vivem nesse meio, que pretendem atuar dentro dele e transformá-lo e, portanto, nada mais honesto que ser fiel a ele. O mesmo não podemos dizer de toda a grande imprensa. Realmente, e nisso o sr. Cláudio acertou, se estivéssemos sendo "ensinados" pelo currículo de nossas escolas, a "meninada" estaria "deficientemente preparada" para depois ser jogada num mercado de trabalho "suficientemente saturado", que não acolheria nossa inexperiência "aprendida nos bancos escolares". Para usar o exemplo de uma escola da USP que ele mesmo citou: a ECA, escola dita de Comunicações e Artes, que não possui nem mesmo um jornal-laboratório digno de ser chamado como tal, (já que a AUN nada mais é que uma apostila em estilo jornalístico) e além de não fornecer experiência técnica, não assume no seu ensino uma posição crítica dos problemas que hoje vivemos. A precariedade de uma prática jornalística dentro do curso, só nos auxiliou a mais rapidamente optar por um trabalho que desde já possibilitasse exercer a profissão escolhida. E que esse exercício resultasse do contato contínuo com a realidade que nos diz respeito, isto é, a universidade, seu ensino, o debate político e as ligações disso tudo com nossa sociedade. Desse modo estamos muito mais aptos para exercer futuramente uma imprensa verdadeira, crítica, que questione os problemas brasileiros mais prementes. **A EQUIPE**

ONDE COMPRAR DOIS PONTOS:

- 1 — Bancas da Cidade Universitária
- 2 — Livraria do CAVC — Economia
- 3 — Lojas do DLP — Poli.
- 4 — Papelaria da FAU
- 5 — Centros Acadêmicos
- 6 — Escola de Comunicações — USP

LEIA E ASSINE

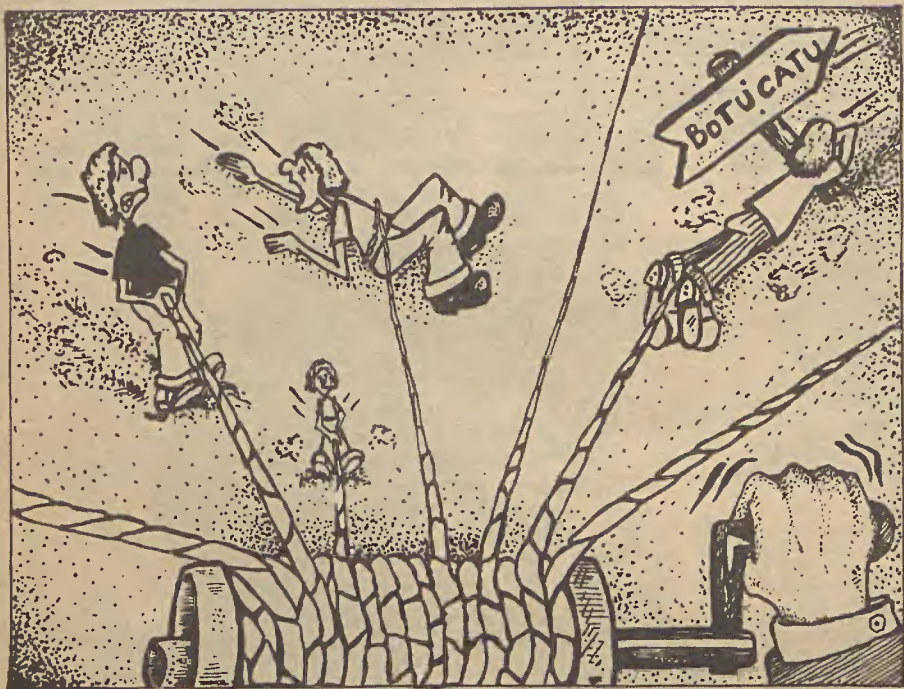
MOVIMENTO

UM JORNAL DEMOCRÁTICO

ANUAL CR\$ 250,00

SEMESTRAL CR\$ 125,00

ANGU GERAL



Nova Universidade: Questão de Conveniência

Com o objetivo de "apresentar soluções" para as 15 Faculdades da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo, será criada a **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, com futura sede em Ilha Solteira.

(1) Entre nós, estudantes, já é conhecida como a "nova Universidade", ou a "terceira Universidade", depois da USP e da UNICAMP. Contará inicialmente com 11.000 alunos, já matriculados nos cursos por ela "encampados". Dos objetivos a que ela se propõe, podemos analisar os seguintes: 1) O coordenador do Projeto e Presidente do Conselho Estadual de Educação, Luiz Martins explicou que pretende "neutralizar alguns cursos de Ciências Humanas que tenham desenvolvimento incipiente" e ao mesmo tempo substituí-los por cursos de maior procura". Diz ele, ainda, que pretende analisar a situação de cada uma das escolas atingidas pelo decreto que cria a Universidade, e estimular o desenvolvimento das áreas que mais se destacam atualmente. Como exemplo: Assis deverá continuar com o ensino voltado para Ciências Humanas, Rio Claro para Ciências Biológicas, etc. Se fizermos uma análise, verificaremos que os cursos de Ciências Humanas estão sendo muito menos procurados, e com grande porcentagem de desistência. Não se sabe até que ponto o interesse é na extinção lenta dessa área, mas podemos crer que sim, tendo em vista outros interesses tecnizantes na Universidade.

2) A Localização da Reitoria, cuja sede funcionará em Ilha Solteira futuramente (ficará provisoriamente em São Paulo), dificultará a tomada de decisões administrativas dentro dos Institutos, isolados fisicamente de seu centro. Seria mesmo o caso de perguntarmos: até que ponto o MEC não pretende com isso concentrar os poderes dos diretores das faculdades?

3) Ainda a respeito da localização em Ilha Solteira, que "realizará o sonho brasileiro de avanço para o interior", é interessante notar: depois de terminadas as obras da CESP em Ilha Solteira, restou uma cidade-modelo, com estrutura física suficiente para comportar uma cidade universitária. Desse modo, além do "campus" ir se aproveitar de instalações praticamente prontas, há outro detalhe: a cidade "morreu" com o término das obras das Centrais Elétricas. O que há de melhor que um campus universitário para dar uma injeção de vida à ilha solteira?

4) Os planos de ensino e pesquisa ainda não foram feitos. A respeito do conteúdo dos cursos já existentes, não se tem em vista nenhuma mudança. É um fato talvez inédito na História: têm-se as instalações necessárias e os projetos de ensino que utilizarão essas instalações, ainda não. Tudo faz crer que a Nova Universidade é

mais uma questão de conveniência: conveniências burocrático-administrativas, de aproveitamento racional do espaço disponível, fora outras questões estratégicas já apontadas.

5) Os estudantes que viram suas faculdades atingidas pelo "encampamento", não foram consultados e estão preocupados com sua participação nos órgãos deliberativos da nova Universidade, já que seus estatutos serão outros. Nesse sentido, enviaram uma carta ao Governador Paulo Egydio, manifestando sua apreensão. Transcrevemos em seguida a íntegra da "Carta Aberta" enviada pelos DAs (abaixo-assinados) ao DOIS PONTOS:

"Na assinatura do ante-projeto que cria a terceira Universidade, nós, alunos da futura instituição não podemos simplesmente compartilhar da euforia manifestada pelos dirigentes de nossas escolas.

A finalidade desta carta aberta é levar ao conhecimento público alguns aspectos que nos preocupam.

Dentre estes aspectos ressaltamos a total desinformação sobre o processo de criação da nova Universidade. O ante-projeto sequer foi encaminhado aos órgãos de representação estudantil, marginalizando os principais interessados.

A nossa preocupação é que continuaremos à margem dos trabalhos de elaboração do Conselho Universitário e Estatutos, já que o ante-projeto não prevê a participação discente nessa fase. Assim, reivindicamos a nossa representação no Conselho Provisório e futuro Conselho Universitário, na proporção máxima prevista por lei (1/5) dado o grande número de alunos, as disparidades entre os diversos cursos e a distância entre as faculdades, dificultando a representação."

São Paulo, outubro de 1975

D.A. XVI de Agosto — Assis
D.A. III de Maio — Presidente Prudente
D.A. da Fac. de Engenharia — Guaratinguetá
D.A. Sampaio Vidal — Araraquara
D.A. Fernando Costa — Jaboticabal
D.A. Pirajá da Silva — Botucatu
D.A. da Fac. de Odontologia — Araçatuba
D.A. da Fac. de Odontologia — S. J. dos Campos
D.A. da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras — Marília
D.A. da Fac. de Filos., Ciências e Letras — Araraquara

(1) As faculdades que farão parte da nova Universidade, são: sete faculdades de Filosofia, C. e Letras (Araraquara, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e S. José do Rio Preto), duas faculdades de odontologia (Araçatuba e S. José dos Campos), Farmácia e Odontologia de Araraquara, Fac. de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Fac. de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal. Fac. de Engenharia de Guaratinguetá, Fac. de Música Maestro Julião (da capital, mas que irá para S. Bernardo do Campo), Centro de Educação de Tecnologia, Paula Souza (da capital, que será ligado à universidade como autarquia).

Nem Debate, Nem Crítica

Atualmente estamos tão acostumados a nos submetermos às exceções, que é sempre um novo alento saber que existem pessoas recusando-se a aceitá-las como regra. A Comissão Editorial da revista quadrimestral de Ciências Sociais "Debate e Crítica", ao receber do superintendente regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo uma determinação emanada do Ministro da Justiça submetendo a Revista à censura prévia, resolve suspender sua publicação. Eis um trecho do comunicado que foi distribuído pelos editores explicando a decisão: "Como indica a apresentação de seu primeiro número (julho-dezembro de 73) "Debate e Crítica" é caracterizada fundamentalmente, como uma tribuna livre, aberta a todos os cientistas sociais e que busca a um tempo 1º) canalizar intelectualmente as inquietações dos cientistas sociais em todos os níveis em que elas possam interessar ao desenvolvimento da ciência, da cultura e do pensamento político-democrático; 2º) estabelecer linhas de comunicação permanentes aos cientistas sociais entre si, com os diversos setores da comunidade intelectual e com o público leigo. Os 6 números publicados até agora, demonstram que esses dois objetivos foram cumpridos. No entanto, não há como conciliar a necessidade de produção intelectual e científica livre (matéria prima da revista) com a determinação de censura prévia. Aceitá-la seria corromper a própria revista e correr o risco de falhar aos requisitos de liberdade e responsabilidade do pensamento científico". A carta é subscrita pela Comissão Editorial (Florestan Fernandes, Jaime Pinsky, José de Souza Martins) e o Conselho de Redação composto por Antonio Cândido de Melo e Souza, Dante Moreira Leite, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Sérgio Buarque de Hollanda e Paul Singer, entre outros. Comunicados de Censura prévia já são fatos comuns, incorporados ao cotidiano da imprensa brasileira. No entanto, é necessário ressaltar que, curiosamente as medidas da censura atingem basicamente a pequena imprensa, pois são exatamente estes órgãos que, ao contrário de grandes jornais, buscam analisar os fatos, interpretando-os, ao invés do simples relato.

De como manter a coesão

Na semana da missa, o Sr. Luiz Viana Filho, com o dedo apontado para a direita do governo, indicava o perigo que podia surgir desta direção. Deixava explícito que a amedrontadora extremíssima estava querendo engolir a todos. Não era momento para divergências — era a hora da união. O MDB deveria apoiar o presidente.

Interessante é que as Forças Armadas em uníssono se diziam coesas. Coesas e apoiando Geisel. Geisel por sua vez apoiando e ensaiando campanhas para a Arena. E vem o Sr. Luiz Viana pedindo ao MDB que dialogue com a Arena e apoie o governo. Afinal essa confraternização e conagração gerais de políticos e militares teria que finalidade? Defender-se de quem? Do povo? Talvez seja esta a resposta porque ele foi o único a não ser chamado para dar as mãos nesta imensa ciranda, cirandinha.

E a liderança emedebista mais uma vez entrou (ou fingiu entrar) na jogada. Quando os abusos, os crimes, as arbitrariedades são praticadas (superando, inclusive, as leis de exceção serenamente vigentes) aponta-se para a extremíssima e sugere-se a moderação para aliviar as tensões. Ora meus senhores, neste ritmo acelerado nós estamos simplesmente patinando. E quem patina muito, sem avançar nada, acaba afundando. Praticam-se os abusos e o MDB, morrendo de medo, sai correndo e atira-se nos braços do presidente. Ele sorri e acalenta o filho não muito pródigo, que ainda bate o queixo como se fôra o culpado pelo bolô fedô reinante. O ministro da Justiça aparece e ajuda a acalmar o garoto: "Reina a paz e a tranquilidade do Oiapoque ao Chui".

Quando o MDB vai se acalmando, ouve-se um grito que vem lá do porão: "Estamos em guerra como em 68". E nesse clima de paz e ameaças

resolve continuar docilmente no colo do poder, por via das dúvidas. Os governistas prosseguem sorridentes e ameaçantes: segurem os seus radicais porque os nossos ninguém segura. O MDB obedece, pois sabe ser comido como só ele.

Mas se existe uma ultríssima direitíssima, e o presidente é moderado, o momento seria de o governo apoiar as teses emedebistas de respeito aos direitos humanos, de intransigência quanto às arbitrariedades, e não o contrário. Quem não consegue enxergar isto? Seria marcar uma posição e dar razão aos que o acusam de moderado, isolando a ala que não comunga com os seus princípios. Uma atitude que viria provar concretamente as suas intenções liberalizadoras seria ter assistido o culto ecumênico celebrado na Catedral da Sé. No entanto às 15:55 ele levantou vôo, talvez porque não queira nem ver o rolo que ia dar.

E a oposição não atina com nada disso. É que existe a promessa de premiar os bons meninos com eleições. O Montoro, muito maroto, tá querendo ser governador (qui, qui, qui,) o Ulisses deve ter lá os seus sonhos e torna-se de bom tom não ficar esperando por pouca coisa. Além disso o Vianna Filho, embora muito arenista, é um homem lúcido, danado pra dar bons conselhos. Suas palavras se resumem mais ou menos no seguinte: "Somente a coesão entre Arena e MDB conseguirá evitar a derrocada da democracia". Ai, que medo!



O show de música popular que daria início no dia 3/11, à Semana de Direitos Humanos promovida pelas entidades estudantis do Grande Rio não se realizou. Por solicitação do Reitor da Universidade Federal Fluminense, professor Geraldo Cardoso, a Polícia Militar invadiu a sede do DCE intimidando os estudantes que ali iam procurar entradas para o show, através da solicitação de documentos que conferiam com nomes de listas que possuíam. Mais de dois mil ingressos já haviam sido vendidos para o show que contaria com a presença entre outros de Elis Regina, Milton Nascimento, Chico Buarque, João Bosco, Vinícius e Toquinho, Luis Gonzaga Jr., Sérgio Ricardo, MPB-4 e Sueli Costa. Segundo a Reitoria, a Semana de Direitos Humanos foi proibida com base nas normas que exigem que os estudantes solicitem permissão para realizar suas atividades e que não haviam sido cumpridas. Por razões óbvias, é claro. Além do mais a reitoria da UFF entendeu que a Semana era de "cunho eminentemente político" e a atividade política está proibida nas universidades segundo a reitoria. No que aliás, concorda o Ministro Ney Braga, que consultado antecipadamente, apoiou todas as atitudes da reitoria.

Em Minas — Também os diretórios das Faculdades de Medicina, Arquitetura, Filosofia e Ciências Humanas, além da sede cultural do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais foram invadidos no dia 23 de outubro por agentes da Polícia Federal, portando um auto de apreensão e invocando a circular urgente do Ministro Falcão que proíbe comícios, passeatas, concentrações, enfim manifestações que venham a perturbar a ordem pública, eles arrancaram os cartazes anunciando o show de Luiz Gonzaga Júnior, alegando que o texto contido no cartaz era contrário à Segurança Nacional. Esse texto faz parte da canção "Plano de Vôo", que já foi liberada pela Censura Federal.

ANGU GERAL

São Carlos volta às aulas

Os alunos da Universidade Federal de São Carlos, depois de quinze dias em greve, voltaram às aulas dia 23/10. As reivindicações dos estudantes ligavam-se basicamente a três questões: participação na elaboração do regimento interno da UFSCar, melhoria das condições de vivência dentro do campus e solução de vários problemas relativos ao nível de ensino. Apesar de apenas algumas de suas reivindicações terem sido atendidas, os alunos resolveram encerrar a greve pela própria necessidade de evitar a dispersão e ao mesmo tempo continuar o movimento. Entretanto, algumas conclusões que se pode tirar do acontecido são talvez mais importantes do que os objetivos já alcançados. Na questão da participação dos alunos na elaboração do RI, por exemplo, a reitoria primeiro tentou confundir os alunos dizendo que a proposta já elaborada tinha sido rejeitada pelo MEC, para depois voltar atrás e reconhecer que ela estava em tramitação no Ministério. Depois a Reitoria reconheceu o direito dos alunos opinarem desde que suas opiniões antes de irem para o MEC, passassem pela Reitoria e pelo Conselho de Curadores que desfrutavam de irrefutável poder de voto a que têm direito, segundo a Reitoria, por determinações, normas e legislações da área do MEC. Episódios do gênero deixaram claro para os estudantes da UFSCar que seus problemas muitas vezes têm origem fora das fronteiras do campus - mais ainda, que isto pode servir de desculpa à Reitoria para que ela fuja da sua responsabilidade na solução dos problemas. Por outro lado, a greve conseguiu atingir alguns processos burocráticos emperrados e revolver a poeira dos currículos e programas. Um restaurante provisório está sendo aberto, foi assinado o convênio para prestação de assistência médica (já em vigor), o curso de Engenharia dos materiais foi reconhecido pelo MEC durante a greve enquanto que o de Biologia recebia parecer favorável de uma comissão do DAU (Departamento de Assuntos Universitários). Praticamente todos os departamentos estão examinando as propostas dos alunos quanto aos programas dos cursos. Com sua entidade representativa, o DCE, agora reforçada por um esquema de representação por turmas, os estudantes da UFSCar continuam mobilizados em comissões e grupos de estudos para prosseguirem na luta.



A necessidade de mais investimentos para a Educação foi a conclusão mais importante do Seminário sobre implantação da reforma do ensino (da pré-escola ao 2º grau), realizado na última semana de outubro em Brasília. Participantes da própria Arena se encarregaram de demonstrar até onde vão as prioridades em educação atualmente.

O Senador João Calmon apresentou dados provando que vem caindo assustadoramente o percentual do orçamento federal destinado ao MEC (aliás, esta afirmação há muito vem sendo feita pelos estudantes). Os dados apresentados foram os seguintes:

1964 — 9,74	1971 — 6,25
1965 — 11,07	1972 — 5,35
1966 — 9,70	1973 — 4,38
1967 — 8,71	1974 — 5,2
1968 — 6,32	1975 — 4,7
1969 — 7,57	1976 — 4,0
1970 — 7,33	(previsão)

Também foi discutido no Seminário, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, outra fonte de recursos para o setor. Os parti-

pantes chegaram à conclusão de que é injusto tentar suplementar o déficit ocasionado pelas reduções no orçamento, através da maior participação do Fundo nas verbas para a educação, como o governo vem tentando fazer. Injusto, porque a maior parte dos recursos do Fundo tem origem no salário-educação. Este salário é um imposto proporcional à folha de pagamento que é recolhido das empresas. Como o imposto acaba por ser incluído nos custos dos produtos, é a população que paga por ele, independente, inclusive, do nível de renda. Aliás, não apenas injusto, mas ineficaz. A própria comissão do MEC que em 1967 estudou os aspectos financeiros da nova política educacional a ser posta em prática a partir de 68, explicitava em suas conclusões que todas as suas recomendações (aumento da participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e o ensino pago) só teriam validade se apoiadas em um crescente aumento da participação do orçamento federal na área da educação.

Por isso, as recomendações do Seminário recaíram nos inevitáveis "melhor aproveitamento dos recursos existentes" e "deve-se buscar mais recursos da comunidade". Além da promessa do Senador João Calmon, (depende ainda de uma consulta ao Presidente Geisel), de apresentar uma emenda constitucional obrigando a aplicação de um percentual mínimo da receita do governo federal em educação. Apesar do parecer desfavorável de vários órgãos do setor financeiro do governo. Mas outros fatos fizeram com que a última semana de outubro fosse "quente" em matéria de educação (sic). Ainda em Brasília o Tribunal de Contas da União se pronunciou a respeito das contas do MOBRL relativas a 73.

Segundo o TCU "as irregularidades existentes demonstram falta de controle e tumulto na administração financeira do Mobral e o orçamento analítico de 73 foi concluído apenas em outubro deste ano, o que demonstra que a gestão foi desenvolvida sem nenhuma previsão de gastos".

O tribunal determinou uma inspeção em "caráter pedagógico".

Ao mesmo tempo, a CPI instalada para investigar as atividades do Mobral, comprovava a atuação do Movimento na educação de menores de 15 anos. Os depoimentos das autoridades do MEC, apesar de contraditórios, acabaram por reafirmar o Mobral como instrumento para a alfabetização de menores.

E mais ao Norte, em Natal, o Secretário de Educação do RGN informou que há no estado mais de 120 mil crianças sem escolas.

Somos Soberanos!

Fontes do Itamarati consideraram "uma intromissão nos assuntos internos do Brasil e uma interferência na expressão de soberania brasileira" a iniciativa do governo norte-americano de enviar uma nota oficial, manifestando sua desaprovação ao voto brasileiro, nas Nações Unidas, a favor da moção árabe, definindo o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial.

Isso, gente boa! Ferra mesmo esses gringos. Tão pensando o que? Só porque estão desnacionalizando a nossa economia, vão passar por cima da Lei 2004 e da Constituição para explorar o nosso petróleo, compraram terras e mais terras na Amazônia, Bahia, Goiás, etc., estão esvaziando o manganês do Amapá, etc., etc., só por isso já pensam que podem ir ferindo a nossa soberania assim, sem mais nem menos? Aqui ó! Vão ferir a soberania do raio que os parta, gringaiada inshirida. Aqueles trocadinhos da dívida externa serão pagos tim-tim por tim-tim.

Somos pobres, mas temos caráter. O direito de fazer média com árabes, ugandeses, hindus, argelinos e até com o diabo, é um direito inalienável das nações. E ao próximo palpite sobre as nossas concepções agiremos com mais energia: colocaremos em alerta nossa base de foguetes na Barreira do Inferno.



A Missa

Na semana em que se realizou o Culto Ecumênico, recebemos os mais diversos tipos de ameaças. Foi criado um tal clima de terror que, no dia da missa, logo que cheguei ao emprego, perguntei a um colega:

— Como é, vamos mesmo à missa?
E ele respondeu, meio vacilante:
— Não sei não, cara, minha mãe levantou hoje cedo com uma dor de dente terrível...
Um outro me alertou:
— Se eu fosse você não iria nesse culto, não. Tô desconfiado que o Giba é dedo-duro e vai dedar todo mundo que sair mais cedo.

E eu fiquei pensando numa possível prisão — acusado de ir à missa. Já pensaram? E eu tenho o agravante de estudar Ciências Sociais. Como é que eu poderia justificar a opção por este curso? Iria, naturalmente, cair em inúmeras contradições.

Mesmo com todos estes riscos eu não poderia deixar de comparecer. Tomei apenas o cuidado de guardar a sacola de granadas e a metralhadora no escritório, pra não complicar a situação. Ninguém me abordou, nem no caminho, nem na igreja. Mas um sem número de amigos meus se enroscou nas vias de acesso ao centro. O guarda

parava o carro e se a pessoa tivesse cara de estudante-que-vai-à-missa, ia logo pedindo:

— A certidão de nascimento do avô paterno!
— Uuuu quê? Certidão do avô paterno? E por que é que eu iria andar com a certidão de uma outra pessoa?... e que, além de tudo, já morreu faz mais de 20 anos?

— Mostra o atestado de óbito!
Os guardas possuíam um domínio do Código Civil que não permitia ao cidadão safar-se assim, sem mais nem menos, com qualquer desculpa esfarrapada. Claro, lei é lei, ordem é ordem e malandro não tem que chiar. E muito menos curtir um desacato, por que senão a coisa engrossa e vai acabar no distrito.

Com essas e mais aquelas, uns ficaram por não ter CIC, outros por não portarem Atestado de Idoneidade Moral e alguns por não terem telefone instalado no porta-luvas, para resolver as emergências. Conclusão: somente 8.000 (oito mil) pessoas conseguiram burlar o esquema de vigilância, o enorme engarrafamento do trânsito, o medo, e assistir, sob o olhar penetrante de 500 dedo-duros e inúmeras câmeras, o Culto Ecumênico em memória do jornalista e professor Wladimir Herzog (que "não cometeu crime contra ninguém, muito menos para si próprio" — conforme afirmação categórica do rabino Henry I Sobel).

**FOTOLITOS
COMPOSIÇÃO IBM
IMPRESSÃO OFF-SET
MATERIAL ESCOLAR
LIVROS E APOSTILAS**

DLP

GRÊMIO POLITÉCNICO

R. Cardeal Arcoverde, 1641 — Pinheiros -
Lojas na Cidade Universitária: Prédios do
Biênio, Química e Mecânica.

ANGU GERAL



Ressurge o Teatro Universitário na USP

Quais as questões que se colocam hoje para o teatro universitário? Parece haver certa unanimidade no fato de que o teatro feito por estudantes está indissolavelmente comprometido com o movimento estudantil, suas lutas e com toda a sociedade num contexto mais amplo. Depois de longo tempo de silêncio, apenas quebrado por algumas vozes isoladas, o teatro universitário parece recobrar-se e, aqui e ali despontam novos trabalhos, diferentes opções, todas numa mesma busca: a de fazer do T. U. uma força atuante que possa responder ao momento político por que passamos. Nesse sentido é de extrema importância o atual trabalho desenvolvido pelos grupos universitários e aqui queremos considerar algumas de suas propostas.

Vemos num primeiro momento que o Grupo de Teatro da Ciências Sociais, com "O Pagamento" e "Contrato de Riso", retoma algumas experiências já desenvolvidas anteriormente, como o teatro jornal e o teatro de momento, que representam um papel importante na procura de uma linguagem e um conteúdo popular para o teatro nacional. O grupo reformula estas experiências, aplicando-as segundo as novas necessidades. Dessa forma ao montar uma peça no estilo do teatro de momento, ou seja, trazer ao palco um acontecimento importante que esteja em voga (por exemplo os contratos de risco), a partir de alguns dados básicos (no caso de "Contrato de Riso" foi utilizado um trecho da peça "Doutor Getúlio" de Dias Gomes), visando levar ao público alguns elementos para a discussão do assunto abordado. Também o Grupo de Teatro da Biologia vem realizando um trabalho semelhante numa peça de criação coletiva, de curta duração, tratada em forma de "sketches".

Outros trabalhos se reverterem a uma discussão da realidade brasileira na sua correspondência com a realidade de outros países latino-americanos. Assim o Grupo de Teatro da Geologia, com "Contratamento", utiliza um texto do Livro

Teatro Livre, (grupo de teatro popular argentino), que analisa a estrutura educacional que vigora num país subdesenvolvido. Outro trabalho neste sentido é a "Movilización General", do venezuelano Manuel Trujillo, montagem dos alunos de teatro da ECA, que deverá estreiar em março. No "Berço de Herói" de Dias Gomes, montada pelo GTP, nota-se a preocupação com o teatro brasileiro e suas raízes populares, feito nos anos 60. O Grupo de Teatro da ECA está montando "Os Fuzis da Senhora Carrar", de Brecht, escrita durante a Guerra Civil Espanhola e a ascensão de Franco ao poder, onde o autor coloca a necessidade da luta dos povos contra o fascismo.

Há ainda, "Sala de Espelhos", montagem de vários textos do teatro de absurdo (de G. Ionesco, Beckett, Arrabal e Ionesco) pelo Grupo Experimental da Poli.

Outras peças que serão apresentadas: — "Porco Ensanguentado" de Consuelo de Castro, montado pelo pessoal do 3º ano da EAD. Estréia dia 14/11 no B-9

— "Ripió Lacaia, (Chico de Assis) do TEAR (grupo de Santo André) que ganhou o Festival de Teatro Amador. Na Física na última semana de novembro.

— Trabalho em cima do roteiro de "Persona" de Ingmar Bergman, do 3º ano de teatro da Eca. Em dezembro.

— Montagens dos alunos da EAD: Luis Mendonça dirige uma peça com textos de cordel; Sofredini dirige uma peça japonesa, "Rashomon". Estréiam em meados de dezembro.

Olha Ai! O Tateatro Existe!

O autor nacional enfrenta, entre tantos outros, o problema da divulgação de seus textos. É nesse sentido que o TATEATRO visa colaborar com a dramaturgia brasileira, servindo como polo centralizador de textos. A idéia do TATEATRO surgiu em janeiro de 74, a partir da constatação da dificuldade de se conseguir textos

novos. Seu funcionamento é simples: o autor interessado em divulgar sua obra envia uma cópia ao TATEATRO que se encarrega de sua divulgação. Para isso, foram contatados os grupos de teatro já existentes. Atualmente, o TATEATRO se relaciona com 68 grupos, espalhados pelo Brasil inteiro, atingindo inclusive, o Acre. A única forma de pagamento para o recebimento dos textos é o compromisso que os grupos assumem de recolher e enviar textos de autores de suas cidades ou regiões.

Funcionando efetivamente desde junho de 74, o TATEATRO já extrapola essa função para atuar como fonte de contatos entre os grupos. "Se um grupo nos pede um texto qualquer, a gente envia e junto com ele vai uma relação de onde o texto já foi encenado, dados sobre o autor, etc.", explicam seus responsáveis.

Desse modo, o TATEATRO vem unindo os grupos teatrais existentes, fazendo com que mantenham contatos entre si.

O TATEATRO não impõe qualquer limitação aos autores. Deste modo, seu acervo conta com obras que vão desde trabalhos escolares até peças de conteúdo social.

Auxílio oficial: nenhum.

Nenhum tipo de auxílio oficial é prestado. O TATEATRO se mantém graças ao esforço de seus integrantes. O único contato é com a FENATA — Federação Nacional de Teatro Amador — embora não seja oficial. Isso porque, na prática, nas pequenas cidades do interior, o representante da FENATA faz parte do único grupo existente. Assim, o contato fica estabelecido, ainda que não oficialmente. Do SNT (Serviço Nacional de Teatro) o TATEATRO não recebeu mais do que uma promessa (há 2 meses) de doação da "Coleção de Dramaturgia Brasileira". "Agora a gente vai tentar conseguir do SNT os textos que são enviados para os concursos, dos quais, muitos não são nem lidos".

Na SBAT — Rio (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais) o TATEATRO recebeu um pequeno desconto na compra de suas revistas. No entanto, o TATEATRO tem uma postura diante do auxílio oficial: "Filiar-se ao Papa implica em cumprir as ordens de Deus". E o TATEATRO não está interessado em sofrer qualquer limitação, mesmo que burocrática. No entanto, esse auxílio bem poderia vir na forma de ajuda material: stencil, papel, tinta, etc., além da divulgação.

TATEATRO

Mas apesar de todos os problemas, o TATEATRO continua seu trabalho com os grupos, principalmente fora do eixo Rio-S. Paulo. Isto porque, segundo seus idealizadores, nessa região o acesso aos textos é mais fácil e também não haveria condições do TATEATRO servir ao grande número de grupos aí existentes. Desta forma, restringiu sua atuação aos grupos de fora do eixo, embora receba textos também destas regiões. O TATEATRO solicita aos autores que queiram divulgar seus trabalhos ou aos grupos interessados a entrarem em contato, escrevendo para a caixa postal 11307 — Pinheiros, São Paulo.

Greve no Equipe

Os alunos do Curso Colegial do Equipe paralisaram, na semana passada, suas aulas em repúdio à atitude, segundo eles, arbitrária, tomada pelo diretor da escola, de suspensão de 4 alunos.

Tudo começou quando os estudantes, preocupados em levantar fundos para que o Grêmio pudesse continuar suas atividades, organizaram um "show" que deveria demorar não mais do que dez minutos. Esse tempo fora determinado pela direção do colégio, visto que é o tempo de duração de um intervalo de aulas.

No entanto, o show de "Débi Minelli" (personagem criada por uma aluna da escola para o O Circo — trabalho escolar das disciplinas de Artes) se estendeu e os alunos não voltaram às suas classes.

Alegando que o show, e sua respectiva demonstração, eram de responsabilidade de seus organizadores e que sua extensão prejudicava as atividades do cursinho (funciona simultaneamente) o diretor suspendeu 4 alunos.

Ao tomar conhecimento da punição, os alunos do curso colegial se reuniram em assembléia. Todos concordavam que a punição era injusta pois haviam participado do show ainda que como espectadores e que, portanto, também tinham a responsabilidade pelo ocorrido. O diretor do colégio esteve presente em parte dessa assembléia.

Ficou decidido então, que se os alunos suspensos não pudessem entrar em aula no dia seguinte, as classes se recusariam a assistir suas aulas e haveria uma nova reunião com representantes eleitos nas salas.

O clima foi de desorganização, pelo menos a princípio. Surgiram vozes exigindo do diretor a revogação da pena sem dar margem a qualquer forma de diálogo. Evidentemente não faltaram os que se propunham a voltar às aulas, mas que, felizmente, em minoria, acataram a decisão geral. Alguns porém, propunham ouvir o que a diretoria tinha a dizer e contra-argumentaram em defesa dos alunos.

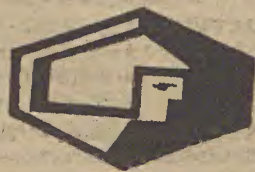
A falta de solução manteve os 4 alunos suspensos e os demais em greve durante 3 dias. A paralisação do Equipe tem um significado importante por que demonstra o interesse de seus alunos em interferir nas decisões do Colégio, bem como sua preocupação "em defesa dos que são arbitrariamente castigados".

Dessa manifestação fica o caminho aberto para o debate mais amplo dentro da escola, já que, no final das contas, houve adesão da maioria dos estudantes ao movimento.

Futuramente deverá ser encaminhada à direção do colégio novas reivindicações dos alunos que pretendem uma interferência direta nas decisões referentes ao colégio através de representantes das classes.

Além da importância que representa o fato dos alunos organizarem um show para conseguir verba para o grêmio e de se reunirem em assembléia protestando contra a suspensão de colegas, o ocorrido pode significar uma combativa retomada do hábito de discussões entre os secundaristas; uma real contribuição à força do movimento estudantil brasileiro atual.

CAASO



Curso intensivo Vestibular

Matriculas abertas
início em dezembro

Melhores informações
secretaria do CAASO

Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira. Campus de São Carlos — USP — Av. Dr. Carlos Botelho, 1465. Fone: 3553 - Caixa Postal 302 - São Carlos - SP.

CONTRATOS DE RISCO



A atual campanha pela desnacionalização do petróleo, iniciada em meados de 1974, mas em preparação desde 71, teve como um de seus defensores o Ministro das Minas e Energia, sr. Shigeaki Ueki. A palavra contratos de risco surgiu pela primeira vez no dia 27 de junho de 1974, em pronunciamento feito exatamente por essa autoridade. Os chamados contratos de risco, contratos de serviço com risco, contratos de serviço com cláusula de risco, ou qualquer que seja o nome que se der a tais contratos, possuem os elementos básicos que os caracterizam como contratos de exploração sob regime de concessão, considerados ilegais pela Constituição vigente.

Por outro lado, o debate sobre a exploração por empresas estrangeiras do petróleo nacional não pode limitar-se ao âmbito de sua legalidade, exigindo, por vezes, que sejam observadas suas ligações com o modelo econômico brasileiro, baseado na constante desnacionalização de nossa economia e no aumento crescente da dependência do país em relação ao exterior. A decisão pelos contratos de serviço torna-se uma forma de ocultar as falhas do modelo de desenvolvimento adotado, não escondendo porém a impossibilidade de nossa economia sobreviver, nesses moldes, sem uma crescente entrega de todas as nossas riquezas. E é exatamente o que parece ocorrer com o petróleo.

Os Contratos de Risco não podem ser aplicados

Os contratos de concessão — deixam-

do de lado a linguagem utilizada pelas autoridades — jamais poderiam ser aplicados em relação ao petróleo brasileiro. Como têm sido apresentados, os contratos de risco consistem exatamente na figura jurídica da concessão, ou seja: no deferimento de determinada área para a pesquisa e lavra do produto, devendo o explorador pagar ao concedente uma soma relativa à produção da área. A legislação do país proíbe, especificamente em relação ao petróleo, que a exploração ou lavra sejam feitas por outras empresas, cabendo exclusivamente à Petrobrás exercer o controle do monopólio. O artigo 169 da Constituição vigente é bem esclarecedor: a pesquisa e lavra do petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei. A lei a que se refere o texto constitucional é a Lei 2004, de 1953, que confere à Petrobrás o encargo de exercer, como órgão executivo, o monopólio em nome da União. Como se pode ver, os chamados contratos de risco para a exploração do petróleo só terão condições para ser considerados legais se ocorrer uma reforma constitucional. Poderá, no entanto, haver tentativas de "legalização" dos contratos, sem que a legislação seja tocada. Mas, se o artigo 169 da Constituição e, principalmente, a Lei 2004 não forem alteradas, não será uma legalização juridicamente perfeita e tudo não passará, como nas palavras de Pontes de Miranda à Gazeta Mercantil, de uma "adaptação grosseira às leis" do país.

Cabe salientar que contratos de locação de serviços e equipamentos não podem ser comparados aos contratos com cláusula de risco. Enquanto o primeiro tipo de contratos não contraria o texto constitucional,

uma vez que a Petrobrás continua mantendo o total controle sobre as operações efetuadas através deles, nos contratos de risco as atividades de exploração e lavra são exercidas pelas empresas com a qual o contrato foi firmado, cabendo à Petrobrás somente a demarcação da área de perfuração e fiscalização para efeito de controle de produção. As cláusulas de partilha de produção, sejam quais forem as formas do acordo, contendo ou não cláusulas restritivas, e independentemente do seu prazo de validade, são incompatíveis com a Constituição e com a Lei 2004, que fixam o monopólio da União sobre o petróleo.

A implantação dos contratos de serviço para a exploração de nossas reservas petrolíferas, contrariando o estabelecido pela legislação, principalmente por tratar-se de petróleo, dado o caráter estratégico e político do produto, poderão acarretar punições a todos aqueles que estiverem envolvidos, de uma maneira ou de outra, na sua aplicação.

Arroubos de Miopia

A argumentação a que recorreram os defensores da quebra do monopólio careceram, em todos os momentos, de uma maior fundamentação. Tanto as manifestações da grande imprensa, favorável aos contratos, como os pronunciamentos de políticos e autoridades, foram incapazes de demonstrar as vantagens dos contratos para o país. Falou-se em diminuição das importações, em aumento dos recursos investidos na área, escassez de equipamentos no mercado, e outros tiros no escuro, que

invariavelmente passaram longe do alvo.

O Ministro das Minas e Energia, sr. Shigeaki Ueki, propôs no 1º semestre deste ano a adoção dos contratos de concessão a membros da Comissão das Minas e Energia do Senado, afirmando que tais contratos viriam a diminuir as importações de petróleo, como também multiplicariam os recursos investidos na pesquisa e exploração do produto dentro do país. Em primeiro lugar, a importação do óleo não diminuirá com a assinatura desses contratos. O período para que determinada jazida, já detectada comece a produzir comercialmente é razoavelmente longo. Depois de descoberto, ainda são necessários em média 4 anos para que o petróleo encontrado seja colocado no mercado. A não ser que os trustes internacionais tenham oferecido um adiantamento em produto pelo petróleo que ainda irão extrair em nosso território, o que significaria que iríamos consumir por antecipação nossas atuais reservas do óleo. Quanto à multiplicação de recursos na pesquisa e exploração existe outro engano. As companhias petrolíferas internacionais normalmente investem de início uma pequena quantia, e, uma vez descoberto o petróleo, então reinvestem os lucros obtidos. Assim, dificilmente os contratos de risco aumentarão substancialmente a disponibilidade de recursos para a exploração de petróleo, pelo menos a médio ou curto prazo.

Desde 1974, quando se iniciou a campanha de divulgação dos contratos, os mais variados argumentos têm sido utilizados. Dizia-se na época que o programa brasileiro de prospecção iria atrasar-se devido à escassez de equipamentos no mercado internacional. Observa-se atualmente o erro de perspectiva dessa afirmação, uma vez que no mercado internacional existem equipamentos de sobra. Inclusive, segundo publicações norte-americanas, nos próximos dois anos haverá excesso de oferta de plataformas semi-submersíveis, sendo os estaleiros provavelmente obrigados a funcionar com capacidade ociosa.

Os defensores da penetração do capital estrangeiro na exploração do petróleo procuraram, por outro lado, enfatizar o fato de que com os trustes internacionais o país seria beneficiado com a mais moderna tecnologia das empresas estrangeiras. Isso também é falso. A Petrobrás, como importante empresa de âmbito internacional, possui fácil acesso às tecnologias mais avançadas. Atualmente, por exemplo, a empresa participa de pesquisas sobre a exploração de petróleo em águas profundas juntamente com as maiores empresas no setor (British Petroleum, Westinghouse Electric, Subsea Equipment Associates, etc.).

Na tentativa de romper com o monopólio estatal sobre o petróleo, recorreu-se inclusive à remota e absurda possibilidade de serem abertas às empresas estrangeiras somente áreas onde o petróleo dificilmente poderia ser encontrado. As empresas petrolíferas quando assinam contratos de serviço procuram minimizar seus riscos através de informações geológicas favoráveis ou de concessões de grandes áreas de prospecção. Isso quer dizer que dificilmente as empresas investiriam em áreas que não oferecessem perspectivas de encontrar o produto. Porém se a informação geológica indicar a presença de petróleo, não interessará à Petrobrás deixar que as empresas estrangeiras explorem tais áreas. Por outro lado, a concessão de grandes áreas, mesmo aquelas pouco prósperas em petróleo, gerariam sérios problemas para a segurança nacional. Comentou-se ainda o fato de a Petrobrás não possuir condições para intensificar a exploração de nossas reservas, atribuindo a ela enquanto instituição as deficiências de sua atuação, e não, como deveria ser, às diretrizes adotadas pela empresa nos últimos anos (veja matéria ao lado).

Num arroubo de miopia, setores da imprensa afirmariam que depois da crise do petróleo os grandes trustes internacionais haviam perdido muito de seus poderes políticos, que afinal sempre foram utilizados para interesses contrários aos dos países em que se instalaram. Quanto a isso, basta

dizer que desde a crise do petróleo os lucros de tais empresas aumentaram consideravelmente. Das 12 empresas que obtiveram maiores lucros líquidos nos EUA, em 1974, 7 eram empresas petrolíferas: Exxon, Texaco, Mobil Oil, Gulf Oil, Shell Oil, Standard Oil of Chicago e Standard Oil of California. O poderio das grandes empresas não diminuiu com as transformações que ocorreram, como querem os defensores dos contratos de serviço. Até 1972, 5 das chamadas "Sete Irmãs" do petróleo, aquelas de origem norte-americana, detinham 44,7% da produção mundial de petróleo (exceto dentro dos EUA). A importância dessas empresas na política externa norte americana é bastante grande. Um terço do total de investimentos dos EUA no exterior estão no setor do petróleo (12,5 bilhões de dólares). Essas empresas enviaram para os EUA até pouco antes da crise, cerca de 2 bilhões de dólares, montante esse superior aos gastos daquele país com a importação de petróleo e com investimentos externos nesse setor. Observando o recente caso da Gulf Oil, que envolveu-se nos assuntos internos de países como a Bolívia, o Peru, a Costa Rica e outros, cabe assinalar o sério risco para a segurança nacional que significa a entrada, sob quaisquer pretextos, das multinacionais do petróleo no país.

O fim do Monopólio e a Crise do Modelo

As atuais condições de nossa economia, com uma dívida externa avaliada em 22,5 bilhões de dólares, e com um déficit na balança de pagamento de 6,2 bilhões de dólares, estão sendo atribuídas à alta nos preços do petróleo como forma de esconder as reais causas do endividamento externo. Tanto o desequilíbrio na balança de pagamentos como as dívidas externas são problemas crônicos, estruturais, gerados pelo próprio modelo de desenvolvimento.

Porém colocar à disposição das multinacionais do petróleo nossas reservas não resolverão a crise do modelo — principalmente agora que muitos países estão nacionalizando suas jazidas para garantir suas economias. O próprio Ministro da Fazenda, em declarações pouco divulgadas pela imprensa, afirmou que "os contratos de risco para a exploração de novos campos petrolíferos não viriam a afetar a curto prazo a situação do nosso balanço de pagamentos e as importações essenciais para as necessidades de consumo do país não seriam afetadas".

Os bens de capital e insumos básicos (aço, cobre, fertilizantes, etc.), economicamente quase tão importantes quando o petróleo, são na realidade os grandes problemas de nossa balança de pagamentos. Enquanto a compra externa de petróleo está por volta dos 3,2 bilhões de dólares, as importações de bens de capital atingem a casa dos 4 bilhões de dólares. Em 1974, cerca de 44% das importações totais do país, duas vezes mais que os gastos com o petróleo, foram destinados aos bens de capital, metais não ferrosos, fertilizantes e produtos siderúrgicos. Além disso, existem os problemas gerados por nossa dívida externa, que atinge 22,5 bilhões de dólares e provoca despesas de 3 bilhões de dólares, entre juros e amortizações.

Os problemas não terminam aí. Enquanto todos os países importadores do produto apressavam-se para por em prática política de contenção do consumo, os derivados de petróleo no país tinham, até agosto, seu consumo aumentado em 6,6% do total consumido em 1974. Para assegurar os altos índices de produtividade no setor automobilístico — que representa cerca de 10% do PIB — manteve-se a irracional política do desperdício (embora, além disso, o déficit na balança comercial das companhias automobilísticas tenha chegado a 600 milhões de dólares, incluído o pagamento pela tecnologia a suas matrizes). Apesar de tudo, nada foi feito para que a indústria automobilística deixasse de produzir desenfreadamente e muito menos para assegurar uma redução no consumo de petróleo.



Desde o acordo de Teheran, em 15 de fevereiro de 1971, as transformações no panorama do petróleo começaram a ser notadas. No entanto, durante todo o período a elevação dos preços, a Petrobrás encontrava-se em uma fase de estagnação, com sensíveis reduções na metragem perfurada, na produção do óleo (tabela I) e na porcentagem de investimentos destinados à lavra e pesquisa em território nacional (tabela II). Exatamente no momento em que era necessário atingir a auto-suficiência no setor, iniciou-se um gradativo processo de intensificação das importações. Como então entender a política petrolífera elaborada pela Petrobrás nos últimos anos?

A ALTA NOS PREÇOS DO PETRÓLEO

A partir de dezembro de 1970, a OPEP, que já existia, começou a fazer pressões sobre a comercialização do petróleo, exigindo aumentos no preço do produto, eliminação dos descontos especiais e das disparidades de preços. Essa reação dos países produtores de petróleo teve como uma das causas fundamentais a constante desvalorização de seu produto no mercado, gerada pela inflação nos preços dos produtos manufaturados provenientes do Ocidente, que, a partir de 1965, começava a manifestar-se mais intensamente.

Em 1971, os preços do óleo começaram realmente a elevar-se: o barril que custava anteriormente US\$ 1,80 passou a custar US\$ 2,29, e em 1972 atingiu o preço de US\$ 2,48. Com o acordo de Teheran, a OPEP conseguiu impor suas exigências às "Sete Irmãs" do petróleo. O acordo firmado tinha a duração prevista de 5 anos, porém as desvalorizações unilaterais do dólar, decretadas em agosto de 1971 e em junho de 1973, obrigaram a novas altas nos preços. Na verdade, desencadeou-se uma sequência de aumentos: em janeiro de 1972, em junho de 73, outubro de 73, e assim por diante. Estava configurada o que depois ficou conhecida como a "revolução do petróleo".

O processo que elevaria a importância e o valor do produto já era perceptível pelos observadores no mínimo dois anos da guerra árabe-israelense de outubro de 1973, quando ocorreram as maiores altas nos preços do produto. Foi nesse período que os interesses dos países exportadores de petróleo e das grandes empresas petrolíferas entraram num antagonismo mais acirrado. Atualmente o governo dos EUA destinou 100 bilhões de dólares para a solução do seu problema energético, em busca de

outras fontes de petróleo que não sejam a OPEP. Com a chamada revolução do petróleo, os países produtores passaram à condição de exigir preços elevados por seu produto, inclusive como forma de estruturar outra base econômica para o país. Além disso, a problemática em torno do petróleo gerou uma conscientização mundial acerca das limitações desse produto, que se esgotará provavelmente num prazo de 25 a 40 anos.

A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS

Enquanto o panorama petrolífero transformava-se, ocorrendo elevação e uniformização nos preços do produto, no Brasil as falhas de nossa política petrolífera levavam a uma estagnação na produção, ao mesmo tempo que o consumo crescia desenfreadamente. No período que vai desde a criação da Petrobrás, em 1953, até 1961, a produção nacional de petróleo passou de 2.509 para 95.000 barris por dia, representando um indiscutível período de desenvolvimento da empresa. Porém a partir de 1961 a produção manteve-se estacionária, passando a girar em torno dos 177 barris por dia. Nessa época aumentava o consumo de petróleo e de seus derivados dentro do país, embora as áreas petrolíferas da plataforma continental já tivessem sido descobertas.

Para se ter uma idéia da diferença entre os dois períodos da Petrobrás, de 1953 a 1961 a produção aumentou em 3.800%, ocorrendo conjuntamente um acréscimo de 720% na metragem perfurada. No entanto, no período de estagnação da produção nacional, a metragem perfurada (a partir de 1969) aumentou em apenas 7%. Os metros perfurados caíram de 394.052 em 1966, e 340 mil em 1968, para a insignificante quantia de 180 mil metros perfurados em 1969. Mesmo após as mudanças que ocorreram no mundo do petróleo, a produção dentro do país manteve-se estacionária. A proporção dos investimentos canalizada para a exploração e pesquisa, em relação à totalidade dos investimentos da Petrobrás, foi reduzida de 33% e 37%, no período de 1965 a 69, para pouco menos de 30% depois de 1971, chegando em 74 a 27%. Dessa maneira, como resultado das falhas na atuação da Petrobrás, e com o crescente aumento do consumo, o país passou a uma dependência ainda maior do petróleo importado. As despesas com o produto aumentaram consideravelmente: em 1974 foi pago em média pelo país o preço de US\$ 12,55 o barril (com transporte incluído), e neste ano, até setembro, o país dispendia por dia a cifra de 8,1 milhões de dólares com o produto.

As enormes consequências que se observam hoje foram originadas pela falta de visão política da direção da Petrobrás durante esse período. Nos anos de 1970 a 72, época das grandes alterações na comercialização do óleo, a Petrobrás orgulhava-se em ser uma das maiores empresas independentes do setor, no que se referia à compra externa do produto. O então presidente da Petrobrás inclusive afirmaria, em declarações ao Congresso, que as tendências do preço do petróleo importado era a de manter-se em baixa. Com esse perigoso erro de perspectiva, as próprias diretrizes da empresa aos poucos iam sendo alteradas. Deixou-se de lado as pesquisas no país, para visar-se a uma maior atuação da empresa no Exterior. A orientação dada à Petrobrás não era mais a de atingir a auto-suficiência no setor, ela agora passava a assumir um ponto de vista empresarial, voltada essencialmente para a alta rentabilidade do projeto.

Em depoimento prestado a uma Comissão Mista da Câmara e do Senado, no dia 29 de junho de 1970, o general Ernesto Geisel, que na época ocupava a presidência da Petrobrás, deixava bastante clara as perspectivas que norteavam a atuação da empresa. Esperava-se que a Petrobrás conseguisse no Exterior novas fontes que fornecessem o óleo cru, de modo a poupar as jazidas do país. Porém o plano possuía um erro fundamental: os incessantes aumentos no preço do produto importado que estavam por ocorrer não foram levados em conta. Na realidade, a alta nos preços do óleo importado não era naquele momento algo difícil de ser notado. No mesmo pronunciamento, o sr. Erminio de Moraes, na época ocupando cadeira no Senado, enfatizou a necessidade de auto-suficiência face às pressões dos países produtores. Necessidade essa que o presidente da Petrobrás não considerou imprescindível, argumentando que, com exceção da URSS e dos EUA, a maioria dos países industrializados, tal como a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, França, dependiam das importações do produto.

Embora gerado por falhas, o fato do nosso petróleo ter sido pouco explorado nos últimos anos poderia abrir novas perspectivas para o país. Isso se fosse estabelecida uma rígida política de contenção do consumo para uso trivial, de modo a preservar a produção para a indústria petroquímica, para os sintéticos, para os medicamentos, etc., que só poderá ocorrer se todas as novas descobertas permanecerem sob monopólio estatal.

TABELA: investimentos da Petrobrás no setor de pesquisa e exploração interna.

PORCENTAGEM DO TOTAL DE INVESTIMENTOS DA EMPRESA	
ANO	
1965	43,47%
1966	29,63%
1967	33,49%
1968	37,51%
1969	37,70%
1970	29,68%
1971	18,08%
1972	21,80%
1973	29,50%
1974	27,00%

TABELA: Brasil — produção e consumo

ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO
1969	10.170	27.750
1970	9.685	29.432
1971	10.114	32.793
1972	9.950	35.224
1973	10.102	44.451
1974	10.220 (aprox.)	48.000

(em milhares de metros cúbicos)

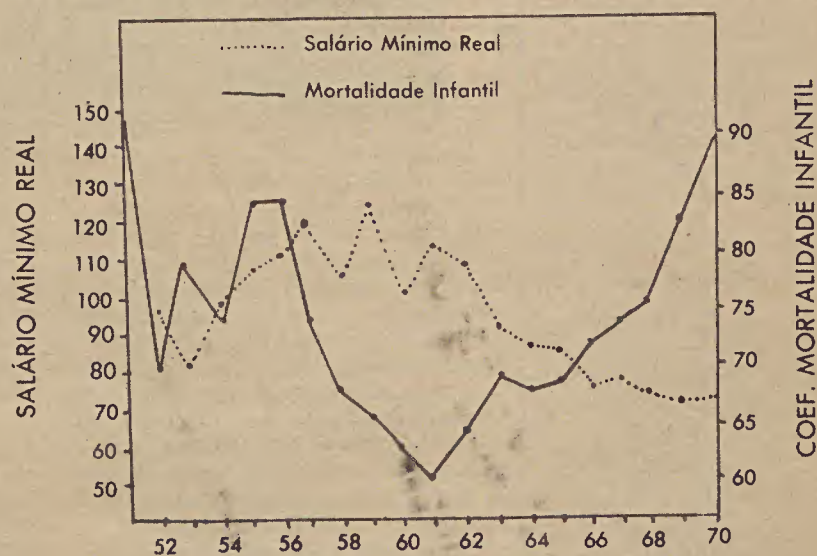
São Paulo, uma metrópole doente

Nos 37 municípios que constituem a Grande São Paulo vivem, segundo o censo de 1970, oito milhões e cento e trinta e sete mil pessoas, seis milhões das quais no município de São Paulo. Uma população doente.

De 1963 a 1975, a taxa de mortalidade infantil vem aumentando. Naquele ano, de cada 1.000 crianças nascidas vivas, 70 morriam antes de completar um ano de vida. Em 1970, de cada 1.000, morreram 88.

Três causas de tratamento conhecido há muito tempo são responsáveis por aproximadamente 70% dessas mortes: desnutrição, diarreia e sarampo. Uma investigação da Organização Panamericana de Saúde realizada de 1968 a 1972 concluiu que a desnutrição como causa básica ou associada é responsável por metade das mortes até 5 anos de idade, em São Paulo.

Mortalidade infantil está diretamente relacionada com a capacidade aquisitiva dos salários da população. O gráfico abaixo (extraído de um trabalho do atual Secretário de Saúde do Estado, Walter Leser) mostra como aumentou a mortalidade infantil (coeficiente por mil nascidos vivos) com o decréscimo do salário mínimo real durante a última década.



A população de São Paulo está morrendo principalmente de doenças do aparelho circulatório, câncer, doenças da primeira infância e infecções dos recém-nascidos, doenças do sistema nervoso, do aparelho respiratório, do aparelho digestivo, e doenças infecciosas e parasitárias. As duas primeiras causas são prioritárias em regiões desenvolvidas e são responsáveis por 29% das mortes, enquanto as outras, prioritárias em regiões subdesenvolvidas e em desenvolvimento, são responsáveis por 41%. Na faixa entre 15 a 24 anos, os acidentes são responsáveis por 50% dos óbitos.

Completando o quadro, 3.873.188 habitantes não têm acesso ao sistema de distribuição de água, enquanto 5.144.736 não são atingidos pela rede de esgotos sanitários.

Saneamento básico deficiente, estrutura de serviços de saúde deficitária, a medicina preventiva deixada em plano secundário e acima de tudo pobreza e desnutrição fazem de São Paulo uma metrópole doente.

O MÉDICO BRASILEIRO: PARIDO OU ABORTADO?

As mobilizações estudantis ocorridas a partir do ano passado nas escolas da área bio-médica são os melhores indicadores da crise por que passa o ensino médico no Brasil. (1) Destas faculdades, sairão este ano por volta de 8 mil novos médicos, dos quais, se persistir a tendência dos últimos anos, 80% se dedicarão à Residência Médica.

Uma Necessidade do Recém-Formado

Uma das colocações profissionais mais disputadas atualmente (em 1973 inscreveram-se 6 candidatos para cada vaga oferecida no país) a residência médica, concebida inicialmente como um curso de especialização, está em face desta crise e da situação do mercado de trabalhos para médicos no Brasil, se transformando em uma extensão do curso de graduação deficiente, ou mesmo em uma fórmula simples de pagar pouco pelos serviços profissionais de um médico recém-formado. "Uma forma de ensino pós-graduação que permite ao médico recém-formado aperfeiçoar-se nos diferentes ramos da atividade médica, trabalhando numa organização hospitalar de bom padrão, em regime de tempo integral e devotamento exclusivo por prazo suficiente e sob supervisão de colegas mais experientes". Esta é a definição de residência médica (RM), segundo a Associação Nacional de Médicos Residentes, hoje empenhada na luta pela regulamentação da residência médica. Na prática, a residência está se distanciando cada vez mais desta definição. É o que explica um dos diretores da AMERESP (Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo): "Acontece que agora a RM proliferou de tal maneira que perdeu sua característica de formar especialistas para ser uma complementação do curso de graduação. Ela perdeu seu caráter inicial que era o de diferenciar uma porcentagem pequena dos formados para se tornar uma necessidade do próprio recém-formado".

A Situação do Ensino de Graduação

É consenso quase que geral entre aqueles que direta ou indiretamente estão ligados ao ensino médico que as faculdades de medicina deveriam ter como objetivo a formação de médicos generalistas. Explicando melhor: as faculdades deveriam formar um profissional capaz de assegurar à população um atendimento eficiente nas doenças mais comuns e frequentes, e por isso mesmo mais importantes, em contraposição a formar especialistas em campos bastante restritos e de pouco interesse do ponto de vista da saúde da população. Este consenso, no entanto, existe apenas em tese e não se reflete na orientação didática e curricular das faculdades de Medicina. A falta de coordenação entre as matérias, dadas em pinceladas como "noções do

assunto", não permite que o estudante saia com essa formação. Além disso, a falta de uma complementação prática eficaz (por falta de equipamentos e de um atendimento mais individual) faz com que o recém-formado não se sinta apto a exercer sua profissão. O aumento acelerado de cursos de Medicina a partir de 1965 (até aquele ano existiam 36 cursos, em 10 anos eles cresceram mais de 100%, existindo hoje 74 cursos) às custas de transferência da responsabilidade do ensino para a área privada, pois a maior parte das novas escolas de medicina são particulares, distorcem ainda mais a situação. As escolas públicas, por outro lado, sofreram todas, em maior ou menor grau, o efeito das reduções nas verbas destinadas à educação. Chega-se a situações inacreditáveis — faltava até algodão nos ambulatórios do hospital da Faculdade de Medicina da UFBA, antes da greve, do primeiro semestre.

O Residente e o Mercado De Trabalho

O recém-formado ao sair deste curso de graduação, sente-se naturalmente inseguro para iniciar suas atividades profissionais. Procura então uma residência médica, na tentativa de "aprender a fazer medicina" e ao mesmo tempo adiar por mais alguns anos o início de sua atuação como profissional, permanecendo sob a proteção de um Hospital-Escola. Por outro lado, o aproveitamento do médico generalista, que ele teoricamente é, inexistente nas próprias universidades e nos organismos de saúde pública para o qual ele foi formado. A crescente privatização da Medicina (2), faz com que o mercado de trabalho absorva um maior número de especialistas, condicionando assim, a essa formação, a ideia de maior rentabilidade. O médico especialista terá mais possibilidade de trabalhar em empresas privadas que oferecem serviços médicos altamente diferenciados. Segundo um dos diretores da AMERESP: "O mercado de trabalho ajuda a distorcer. Quando o estudante está no 4º, 5º ano ele já entra em contacto com este mercado, através de jornais, revistas, do próprio exercício que ele inicia dentro dos hospitais ou em contacto com recém-formados, com professores que estão exercendo a Medicina em caráter particular ou em hospitais. E o mercado de trabalho nas grandes capitais absorve quase que somente especialistas. Então começa a deturpação desde quando o estudante entra no 5º ano, quando começa o chamado Internato. Ele já começa a pensar que especialização vai fazer". E essa situação vem sendo bastante reforçada por medidas governamentais. O INPS tem 95% dos seus leitos através de convênios com empresas privadas. E a orientação é de não aumentar o número de seus hospitais, mas sim ampliar os convênios com o setor privado. É ainda o diretor da AMERESP que diz: "Por exemplo, agora em dezembro vai

haver um concurso para o INPS e a informação que existe é que vai ser por especialidade. Como será necessário comprovar essa especialidade eu não sei — se com atestado de exame na Sociedade de Especialidade ou pós-graduação, não sei. A tendência é a absorção do médico especialista. "Não havendo uma política educacional capaz de impor ao Mercado de Trabalho a ação do médico generalista, e não havendo um Sistema Nacional de Saúde que permita seu maior aproveitamento, a tendência é sempre uma maior demanda de especialistas.

As Reivindicações Dos Residentes

A primeira tarefa que coube à ANMR depois de sua fundação e que ela assume até hoje é o credenciamento das instituições que têm condições de oferecer residência médica nas diversas especialidades. Acontece que o aumento da concorrência e a falta de uma regulamentação faz com que o recém-formado acabe por aceitar colocação como residente em instituições que não têm o credenciamento da ANMR justamente por não dispor de recursos materiais e humanos para executar a tarefa de formar um especialista. Fala o diretor da AMERESP: "Com o aumento da procura da RM, elas começam a surgir em hospitais de duvidosa capacidade para oferecer essas RM (entendida como uma qualificação técnico-científica). Se configura então uma situação de aproveitamento de mão-de-obra barata na medida que existe uma regulamentação salarial para o médico. Por exemplo em São Paulo, por 4 horas por dia, em período diurno a remuneração mínima são 3 salários mínimos (por volta de 1.600 cruzeiros). Considerando que o médico residente faz uma média de 10 horas por dia e mais no mínimo um plantão de 24 horas, se este residente fosse pago com base nesta regulamentação, ele receberia mais ou menos 9.000 cruzeiros por mês. Então o que precisa ser definido é se o recém-formado trabalha como médico ou como residente, porque no primeiro caso ele deve receber a remuneração correta e se ele estiver como médico residente, o hospital deverá oferecer condições para o cumprimento efetivo dos objetivos da residência. No fim, os prejudicados com esta situação são os residentes e a população que pensa estar recebendo atendimento diferenciado quando não está".

A Residência Médica e a Situação Da Saúde No Brasil

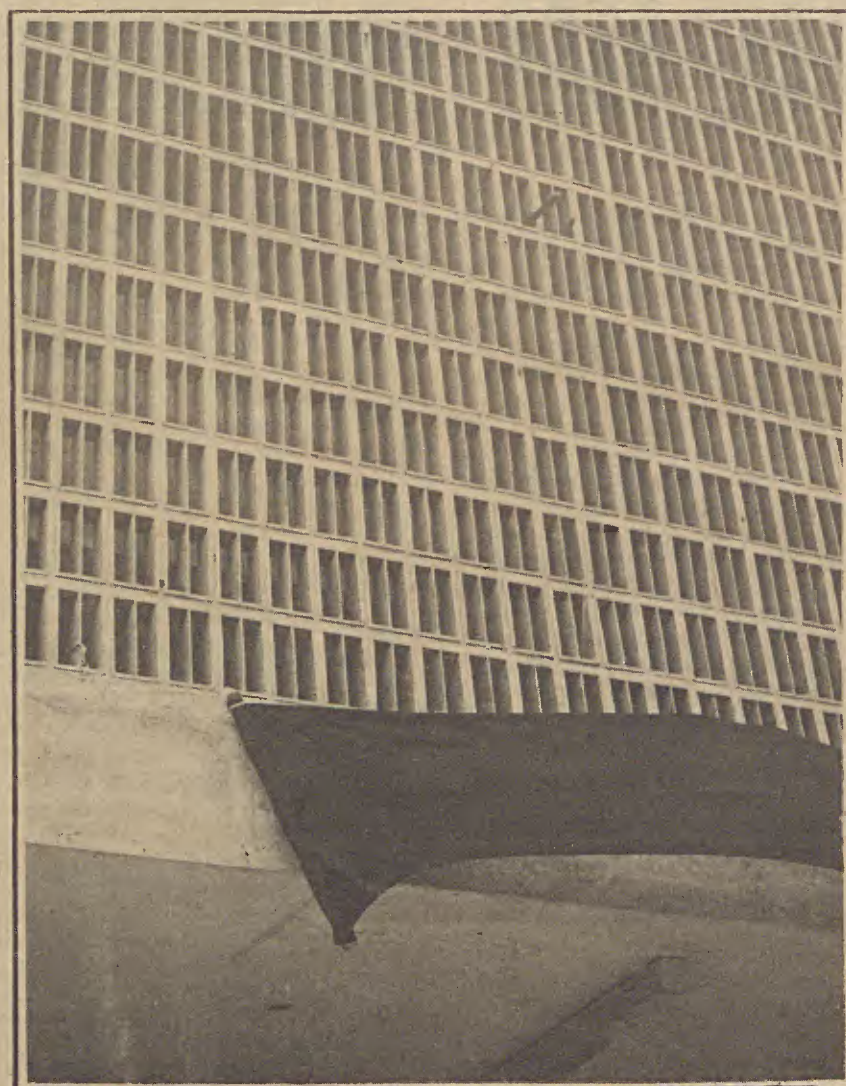
Os maiores problemas de saúde no Brasil são causados pela desnutrição, condições deficitárias de saneamento básico, proliferação de doenças infecto-contagiosas, condições insatisfatórias de assistência materno-infantil, etc. Atestam deste modo, a precariedade da situação e a necessidade de médicos generalistas e pessoal técnico

em grande quantidade. Como encarar a reivindicação dos médicos residentes para a regulamentação da RM, cientes de que esta regulamentação irá institucionalizar uma tendência já existente por parte dos médicos recém-formados de procurar cada vez mais a especialização? É o próprio diretor da AMERESP quem responde: "Analisando a Residência e analisando a proposta de regulamentação chega-se a um impasse: levando em conta a baixa qualidade das faculdades de Medicina — o que é reconhecido por todos os educadores nacionais — a gente tem que lutar pela regulamentação da RM em defesa do interesse da própria população. Acontece que não há condições econômicas de se oferecer uma RM para todos, não há hospitais... Por outro lado — e aí está a contradição maior — nós sabemos, por estudos, que a população não exige uma atenção diferenciada como a de um médico que tenha feito 2, 3 anos de RM. Então chegamos a outro impasse: ficamos tentando regulamentar a RM, mas sempre em defesa de uma elite, não resta a menor dúvida. Isso não significa, entretanto, que agora não se deve regulamentar a RM. Deve haver a regulamentação da residência, mesmo sabendo que estamos mantendo uma elite. Mas não é regulamentando o último estágio da formação médica que nós vamos acertar o mercado de trabalho, nem o atendimento médico. É por isso que nós estamos sempre voltando ao mercado de trabalho e à Medicina. Essa contradição existe dentro de nossa própria proposta de regulamentação, e nós estamos conscientes dela".

A verdade é que enquanto não forem deixados de lado interesses particulares, dando prioridade à formação de pessoal técnico, enfermeiros, técnicos em saneamento e saúde pública; à formação de médicos generalistas sobre médicos especializados servindo à uma minoria da população; enquanto não se der prioridade à medicina preventiva sobre a curativa e enquanto não for melhorado o nível de vida da população, social e economicamente falando, de nada adiantará os 8.000 novos médicos que se formam anualmente. A situação da saúde no Brasil continuará a mesma.

Notas: (1) De 74 até hoje, pelo menos nas seguintes escolas as deficiências do ensino chegaram ao ponto de provocar greves e outras atitudes de protesto por parte dos alunos: Medicina da USP, Medicina da UFBA, Odontologia de Florianópolis, Medicina de Santos, Taubaté, Bragança, Botucatu e Santo Amaro. (2) A medicina privatizada é representada pelas empresas médicas. Há uma tendência à privatização da Medicina dentro do próprio INPS, que por exemplo em Brasília recentemente, entregou áreas destinadas à construção de unidades hospitalares, institucionalizadas a casas de saúde particulares. (Relatório Final do X Congresso Nacional de MR — 08/08/75 — Porto Alegre).

A CRISE E AS PRISÕES



Muitas dezenas de estudantes e professores da USP foram recentemente presos. Talvez sejam torturados — se é que já não o estão sendo nesse momento. Suas vidas estão ameaçadas. Uma universidade que não é plenamente livre não passa de uma empresa de servilidade. Não dá para lecionar sob o tacão das botas, não dá para falar diante do muro das prisões; não dá para estudar quando as armas ameaçam. A liberdade de expressão e de pesquisa são sinais de garantia de liberdade dos povos.. Na defesa dos direitos, na luta contra as torturas e infâmias da polícia, a luta dos trabalhadores intelectuais se une à dos trabalhadores manuais. A USP sabia que sua luta de hoje relaciona-se à luta pela liberdade em todos os países do mundo. Presto minha homenagem à sua coragem e me associo de bom grado às decisões que vocês possam tomar para conseguir que a justiça não seja aqui uma palavra ultrajada.

(Michel Foucault, filósofo francês, atualmente no Brasil, dando cursos na USP a convite da universidade.)

A última semana de outubro marcou para a Universidade de São Paulo o momento de maior crise política, após 1968. Para se tentar a compreensão dessa crise, há que se fazer uma retrospectiva em alguns fatos: para nós um dos primeiros é quando o MDB, surpreendendo todo mundo, ganhou as eleições passadas. O que fez com que o Presidente Geisel viesse a público, no final do ano, para decantar as vitórias do partido da "oposição". Nessa época, o Presidente louvou a campanha desse partido e prometeu "distensões": "as eleições serviram como um desmentido cabal aos detratores do Brasil, que não acreditam que o projeto é de autêntica revitalização dos mais profundos anseios democráticos". Estas palavras do Presidente pareceram fazer com que muitos se enganassem. Ou fingissem. Muitos, (principalmente a ARENA e setores mais moderados do MDB) passaram a apregoar a propalada "abertura". Parecem não haver atentado que, naquele mesmo discurso de fim de ano o Presidente jamais abriu mão dos atos institucionais que lhe garantiam o poder: "quanto aos instrumentos de exceção, não os relegarei de forma alguma. Antes estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha impor-se para garantir a marcha que empreendemos para o desenvolvimento político eficaz e sadio do nosso país".

Mesmo assim, o MDB passou a tomar uma série de atitudes que para muitos significava uma corajosa investida do partido da "oposição".

Estas atitudes partiam principalmente da ala dos ditos "autênticos". Foram propostas algumas CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito). Desde a que investigava a atuação das empresas multinacionais no país, até a que "checava" a situação dos presos políticos. A esta altura, muita gente já acreditava nos bons propósitos do governo. No entanto, em janeiro deste ano o Ministro da Justiça, Armando Falcão, quebrava um pouco o clima de euforia que reinava. Ele falava ao país para anunciar o desmantelamento de uma gráfica pertencente ao **Partido Comunista Brasileiro**, no Rio de Janeiro. Este pronunciamento, inclusive, parece ter inaugurado um novo estilo nas ações políticas do governo, no que se refere a esse setor. Nem mesmo na fase mais difícil da repressão ao movimento revolucionário, o governo, através de um seu representante, chegou a anunciar seus feitos de maneira tão dramática. O ministro fazia, ainda, a acusação de que alguns parlamentares do MDB teriam sido eleitos com a ajuda do **PCB**. Curiosamente, os parlamentares acusados de se beneficiarem da propaganda do **PC**, incluíam-se entre aqueles que vinham desenvolvendo uma atitude mais combativa. Nominalmente, citavam **Lysâneas Maciel**, entre outros. O nome de Chico Pinto foi citado como responsável por um comunicado à população da Guanabara, aconselhando o povo a votar em Lysâneas Maciel. Para alguns setores, ficou claro que o pronunciamento do Ministro era um recado para grupos do MDB que estariam se excedendo em sua oposição ao governo.

No entanto, apesar das ameaças contritadas no discurso, o MDB prosseguiu em sua atuação combativa, embora com certo receio: "O MDB ainda está na expectativa do desdobramento do processo para

apurar as atividades do PC no Brasil, apreensão aumentada pelas especulações de que o governo teria uma lista de 17 a 20 parlamentares que seriam denunciados pelo Ministério da Justiça por ligações com o Partido Comunista".

Em princípios de fevereiro as primeiras denúncias públicas sobre o desaparecimento de presos políticos emitidas pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns (e depois noticiadas pela imprensa estrangeira), possibilitaram o encontro das famílias dos presos com o Ministro Golbery do Couto, chefe da Casa Civil da Presidência da República. E em 6/02/75, o Ministro da Justiça se pronuncia a respeito de 22 presos políticos desaparecidos. Era a primeira vez que o governo se pronunciava sobre o assunto. Logo após, o **MDB** aprovou uma **CPI** para investigar a situação dos presos políticos desaparecidos (posteriormente o **MDB** desistiu dessa CPI, receoso de que tal atitude pudesse ser encarada como provocação). O **MDB** se propunha a lutar pelo restabelecimento total do **Habeas-Corpus** e tentava a volta ao estado de direito. Porém, enquanto o **MDB** reivindicava a necessidade de se fazer valer os Direitos Humanos, a escalada repressiva empreendida pelos órgãos de segurança continuava. Somente na Bahia, em fins de junho e princípios de julho foram presas cerca de 40 pessoas, a maioria delas militando nos setores jovens do **MDB**. No Rio e São Paulo, as prisões se sucediam... Até que, em 01/8/75, o presidente Geisel resolve desmentir a "distensão". E diz que esta foi usada com uma conotação eminentemente política, atendendo a interpretações erradas (como o restabelecimento do estado de direito, a supressão do AI-5, a revogação do 477, a revisão da Lei de Segurança Nacional e a concessão de ampla anistia). Para o Presidente, haviam confundido a "distensão". "A distensão — dizia ele — são "medidas sociais" tais como as metas para o PND, o aumento do salário mínimo" e por aí afora. Continuando seu desmentido sobre a distensão, o Presidente explica para a nação a série de prisões que vinham ocorrendo, estabelecendo que "uma medida de repressão violenta às atividades subversivas é um estágio como fator do aperfeiçoamento democrático". E acrescentava: "em diversas regiões, indivíduos integrantes de organizações ilegais têm sido presos e submetidos a inquéritos policiais e posterior ação judicial, como incursos na Lei de Segurança Nacional". Para o Presidente, a atuação política de estudantes e operários deveria restringir-se aos partidos políticos reconhecidos. Como a maioria das pessoas que haviam sido presas pertenciam ao **MDB**, passamos a acreditar que somente a **ARENA** era considerada partido político. Geisel advertia: "Os serviços de Segurança acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classes. Na Administração pública, particularmente na área do ensino e também nos partidos políticos (...) por isso, (...) o governo não admite sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses, visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político, que se requer, ao contrário, lento, meditado e progressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo (...). Assim, ajude-nos Deus!

Parece, no entanto, que a disposição de Deus para esse tipo de ajuda já não anda muito à mão. A não ser que o Deus do

Presidente esteja bem próximo de nós, castigando os que se desviam. Após o discurso de agosto, a repressão passou por um processo de intensificação e violência que raramente havia atingido, em todos esses anos de "revolução".

Após isso, demorou algum tempo, apenas, para o Presidente vir novamente a público, para anunciar, no ponto central de seu discurso, a aprovação dos contratos de risco. Este fato, que surpreendeu por partir de um ex-presidente da Petrobrás, não significava novidade. Em seu discurso do fim do ano passado, Geisel afirmava: "a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do governo". Embora essa opinião não fosse compartilhada por membros de seu próprio Ministério. O Ministro Severo Gomes, referindo-se ao fato de o Estado haver assumido a responsabilidade de certos setores que a empresa privada "não teve" (?) condições de assumir, afirmava: "Admitir que os amplos setores da siderurgia, petróleo, energia, transporte e tantos outros venham a ser ocupados pelas empresas estrangeiras, seria aceitar um poder externo de dimensões intoleráveis na economia, incompatível com a própria existência de um país independente". (OPINIÃO nº 113 03/01/75. pg. 6).

Os Estudantes e o Risco

Tão logo foram anunciados os contratos de risco, alguns setores nacionalistas levantaram as vozes, conclamando os estudantes, alertando-os de sua responsabilidade em relação ao problema.

E na USP, algumas alas movimentavam-se em torno da questão. Foram organizados debates, palestras... Na sexta-feira dia 7, o ministro Severo Gomes deveria dar uma palestra na FAU, parte do curso de Problemas Brasileiros. Paralelamente a isso, as prisões atingem a Universidade. E a Palestra do Ministro, para a qual estava programada uma manifestação de repúdio, acabou transformando-se na Assembléia que deu início à movimentação que culminou com a paralisação geral da USP durante uma semana, constituindo-se em uma das maiores crises que atingiram a USP nos últimos anos.

Após 68, somente no ano passado houve crise semelhante quando, em virtude de uma série de prisões efetuadas pelos órgãos de segurança, os estudantes realizaram mobilizações que culminaram com a formação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, que atuou aproximadamente até junho daquele ano.

O clima de tensão estava criado. A ponto do Ministro da Justiça, no dia 21/10, distribuir um comunicado aos governadores estaduais, advertindo-os de que não permitissem "sob pretexto algum, passeatas, comícios, concentrações ou outras manifestações públicas capazes de provocar agitações, perturbando o trabalho e a vida das pessoas da coletividade".

Acredita-se que a circular do Ministro tinha um endereço certo: o setor estudantil. A advertência do Ministro contudo não impediu o prosseguimento das mobilizações. Na quinta-feira, 23, uma Assembléia decidiu delimitar o prazo de 5 dias para a libertação dos alunos e professores presos. Após esse prazo, seria decretada Greve Geral. No sábado, 25, entre outras pessoas intimadas a comparecerem ao DOI (Departamento de Operações Internas) estava o jornalista Wladimir Herzog, editor de

telejornalismo da TV Cultura e Professor da USP. Domingo, dia 26, o jornalista morreu nas dependências do II Exército. Foi a inesperada gota d'água para o acirramento da crise. Enquanto o Exército apressava-se em explicar à Opinião Pública a morte do jornalista, o líder do governo no Senado, Petrônio Portella, justificava os excessos das forças de repressão como sendo decorrência da "escalada subversiva" que o país enfrentava. O Senador bramava: "A ação repressiva vem sendo realizada no estreito cumprimento da lei. O governo prende e prenderá quantos estejam nas malhas da subversão". A movimentação que sucedeu à morte do jornalista e professor fazia prever a crise política de consequências relativamente dramáticas. A "oposição" desenterrava Direitos Humanos. Até mesmo alguns membros da Arena munidos de seus propósitos humanistas "lamentavam" que tais fatos manchassem a Honra do Exército Nacional e que "ele havia sido desviado de seus objetivos iniciais"... Por outro lado, o Sindicato dos Jornalistas convocava reuniões em sua sede e gestões junto ao II Exército, tentando obter explicações mais convincentes sobre a morte. Na USP, foi iniciada, na terça-feira, 28, a maior Greve Geral pós 68. Ao mesmo tempo as mobilizações convergiram para a realização de um Culto Ecumênico, realizado na sexta, 31/10, envolvendo diversos setores. A situação aparentava uma tal efervescência, que o Secretário de Segurança do Estado, Cel. Erasmio Dias, vociferava em entrevista a "O Estado": "Guerra é Guerra e nós estamos numa guerra. Portanto, não vamos deixar que façam do Brasil um Portugal ou uma Argentina. Estamos revivendo 68. De um mês para cá, temos sentido que minorias ativistas têm procurado aproveitar o manancial da crise econômico-social (...). E o Secretário pediu o apoio dos empresários para a luta do governo no combate à subversão. Para quem tinha dúvidas, o cel. ressaltava: "(...) nós não vamos ser derrotados. Nós almoçaremos essa gente antes que ela nos jante". O tom usado pelo cel. levou-nos a crer em possíveis medidas ostensivas durante a realização do culto ecumênico. Parece, no entanto, que as medidas ostensivas são apenas exceções de uma regra. Nem sempre assassínios transformam-se em suicídios. E aquilo que a princípio aparentava ser a maior crise que o atual regime enfrentaria, pouco ultrapassou os limites de exaltados pronunciamentos, manifestos de solidariedade e desculpas de "lamentáveis enganos" por parte dos membros do governo. E não devemos nos enganar. Os "incidentes" de nada influíram para que houvesse possíveis recessos na escalada repressiva dos órgãos de segurança. As declarações de fontes do governo são explícitas: "as informações filtradas pelos órgãos de segurança dão conta de que os comunistas, especialmente os pertencentes ao PC do B, de linha Maoísta, organizaram-se para explorar as dificuldades econômicas do país, procurando conflagrar a opinião pública. Para reprimi-los, todos os meios serão utilizados. Não importa que os envolvidos usem batina, farda ou portem cadernos estudantis. Nem que pertençam à Arena ou ao MDB".

Disso se conclui que um posicionamento efetivo diante de um regime, não se pauta apenas nos excessos que este comete, mas no questionamento constante de sua essência.

Sexta-feira, 17/10

Estava programada uma manifestação de repúdio ao Ministro Severo Gomes, que daria uma aula sobre contratos de risco. O Ministro não veio. Como no dia anterior havia sido preso o aluno da FAU Luis Guilherme de Moraes, a manifestação foi transformada em Assembléia. Foram discutidos os problemas das prisões. Na ocasião foi formada uma Comissão Universitária encarregada do encaminhamento das lutas desenvolvidas a partir desse momento.

Quinta-feira, 23/10

Assembléia Geral Universitária. Novamente discussões e informes sobre as prisões. Proposta de paralisação das aulas. Foi estabelecido como prazo o dia 28/10.

Domingo, 26/10

Morte de WLADIMIR HERZOG, jornalista e

professor da ECA — USP, nas dependências do DOI (Departamento de Operações Internas).

Segunda-feira, 27/10

Pela manhã, Assembléia na ECA. Decretada a paralisação de aulas. Enterro do Professor Wladimir Herzog, onde circulou um documento conclamando a classe dos jornalistas para a luta. Compareceram cerca de 500 pessoas. O Sindicato dos jornalistas marcou reunião à noite, em sua sede. À tarde, Assembléia Geral Universitária na ECA, com a presença de 700 alunos. Outras escolas decidem paralisação (Economia, Física e Matemática, FAU, Ciências Sociais e Filosofia). À noite reunião no Sindicato. Novamente os estudantes estiveram presentes, conclamando à luta. O Sindicato inicia gestões junto ao II Exército visando a obter esclarecimentos sobre a morte do jornalista-professor e levantamento da

situação dos companheiros detidos.

Terça-feira, 28/10

Assembléia Geral Universitária na ECA. Discussão de paralisação geral da USP. Foi aprovada a proposta de paralisação de aulas até sexta-feira, 31/10.

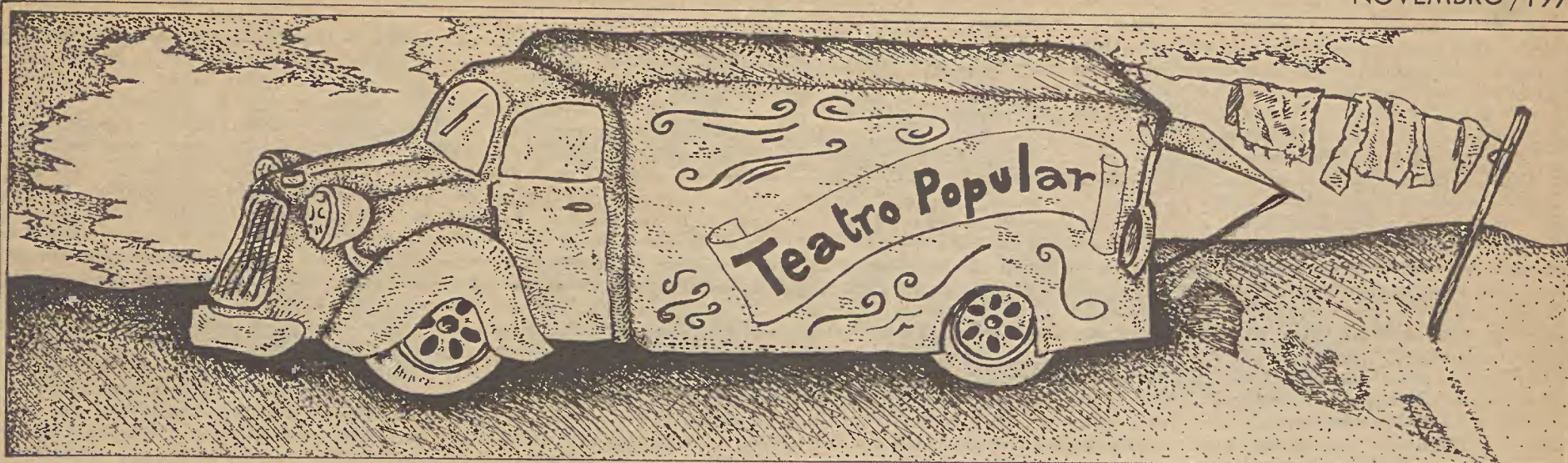
Quinta-feira, 30/10

Reunião da Comissão Universitária no Bênio/POLI. Informe sobre a situação. Comissões para percorrer escolas fora do campus, sindicatos e Igreja, visando ao encaminhamento para a realização do Culto Ecumênico, na sexta.

Sexta-feira, 31/10

Pela manhã, Assembléia Geral Universitária, que constou de duas partes na primeira foi discutida a conduta e o posicionamento dos estudantes durante a realização do Culto Ecumênico.

Na segunda parte, a continuidade do Movimento. Foi enfatizada a necessidade de evitar provocações, durante o Culto. Decidiu-se pela leitura de um documento-denúncia, elaborado pela Comissão Universitária e aprovado por aclamação. No que se refere à continuidade do Movimento, foi decidida a volta às aulas. Marcada nova Assembléia Geral Universitária para quarta-feira, 05/11. À tarde, realização do Culto Ecumênico, na Praça da Sé, com a presença de cerca de 8.000 pessoas. A partir das 14 horas, foi iniciada a "Operação Gutenberg" que visava a impedir o afluxo de pessoas à Praça da Sé. Várias ruas foram interditadas, provocando imensos congestionamentos. Além disso, foram colocados mais de 500 agentes disfarçados na igreja. Nos prédios ao lado da igreja, fotógrafos faziam tomadas do público, com teleobjetivas.



Pretendemos levantar aqui uma série de discussões importantes sobre fatos e temas ainda mais importantes, que presenciamos no âmbito da cultura brasileira atual.

O assunto em pauta é o teatro. O teatro como forma de relacionamento social, mudança, diversão. O teatro brasileiro, ou o teatro que se faz no Brasil atualmente. Mas não o teatro estabelecido, permitido. O teatro popular. Um tema controvertido.

Conscientes de que nenhuma análise pode ser feita sem o contato direto, sem a pesquisa de "campo", com o risco de se tornar inverídica, irreal, metafísica, buscamos os fatos concretos, as experiências que estão sendo desenvolvidas.

O primeiro grupo procurado foi o Núcleo Independente. Mas, por vários motivos a entrevista não será publicada neste número. Diante da situação, buscamos agora uma forma de estabelecer uma espécie de introdução ao debate sobre teatro popular. Futuramente, essas experiências concretas serão, aos poucos, discutidas.

Por enquanto, tentamos levantar alguns pontos que contribuem para esclarecer e entabular uma discussão sobre teatro popular que foram formuladas a partir de uma prática concreta.

Observando trabalhos de Brecht e Augusto Boal, encontramos alguns conceitos comuns a respeito da função da arte teatral.

Espectadores ou bonecos?

Boal diz que o "teatro é uma forma de comunicação entre os homens; as formas teatrais não se desenvolvem por si, em forma autônoma, mas respondem sempre a necessidades sociais bem determinadas e a momentos precisos. O espetáculo se faz para o espectador e não o espectador para o espetáculo: o espectador se modifica, portanto, o espetáculo também terá que se modificar".

Voltando os olhos para o teatro empresarial que vemos em nossos palcos, percebemos uma espécie de tentativa de "universalização" das formas de arte; uma criação de modelos que servem, ou teoricamente deveriam se prestar e ser consumidos pelo público, sem ressentir das transformações que esse público sofre cotidianamente. O que se nota é um total desvinculamento entre essas transformações e o teatro.

Não reagindo às mudanças sociais, colabora, em certo sentido, para o contrário. Para fixar e manter certos padrões culturais que muito pouco, ou nada têm a ver com a realidade do povo brasileiro hoje.

Boal ressalta sempre a fundamental importância do espectador para o teatro. "Podemos utilizar técnicas, métodos e sugestões de quem quer que seja, mas tudo contra qualquer forma de colonialismo cultural. O povo não pode ser "domesticado", "amestrado" para aprender a gostar de espetáculos que não têm nada a ver com ele".

Mas, para chegar a um "conceito" de teatro popular, Boal parte de uma diferença fundamental entre "povo" e "população". Para ele, população é a totalidade de habitantes de um país ou região, englobando

todas as classes sociais. Já o conceito de povo, mais restrito, inclui somente aqueles que vendem sua força de trabalho. Uma designação genérica que engloba os trabalhadores, camponeses e todos os que estão, temporária ou ocasionalmente, associados aos primeiros, como ocorre com os estudantes e outros setores em alguns países.

O teatro popular "pertence" aos últimos; à maioria.

Quanto a isso, em seu "Pequeno Organon para o Teatro" publicado em Berlim em 1949, Bertolt Brecht não deixa margem a dúvidas: "Ao teatro só será possível assumir uma posição independente se se entregar às correntes mais avassaladoras da sociedade e se associar a todos os que estão, necessariamente mais impacientes por efetuar grandes modificações nesse domínio. É sobretudo o desejo de desenvolver a nossa arte em diapasão com a época em que ela se insere que nos impele, desde já, a deslocar o nosso teatro, o teatro próprio de uma época científica, para os subúrbios das cidades; aí ficará inteiramente à disposição das vastas massas de todos os que produzem em larga escala e que vivem com dificuldades, para que nele se possam divertir proveitosamente com a complexidade dos seus próprios problemas. É possível que achem difícil remunerar a nossa arte; é possível que não compreendam, logo à primeira, a nossa forma de diversão e, em muitos aspectos, teremos nós de aprender a descobrir aquilo de que necessitam e de que modo o necessitam; mas podemos estar seguros do seu interesse. É que todos aqueles que parecem tão distantes da ciência estão, com efeito, pela simples razão de serem mantidos à distância; para se apropriarem da ciência terão de desenvolver e por em prática, por si, desde já, uma nova ciência social. São estes os verdadeiros filhos desta era científica, cujo teatro não poderá desenvolver-se se não forem eles a impulsioná-lo. Um teatro que torne a produtividade fonte principal de diversão terá de torná-la também seu tema... O teatro tem de se comprometer com a realidade, porque só assim lhe será possível e lhe será lícito produzir imagens eficazes da realidade".

Análise concreta de fatos concretos

A partir da categórica afirmação de Brecht de que "a dignidade especial" do teatro, assim como das demais artes, está no fato de servir como meio de diversão, de prazer, "único tratamento possível desde que enquadremos numa estética, e analisemos qual a forma de diversão que mais nos satisfaz", poderemos abrir as portas para um debate sobre os limites do teatro. Ou seja, até onde atinge seu trabalho, o que lhe cabe.

O teatro, refletindo e analisando os fatos concretos de um determinado momento histórico, colabora para seu questionamento a partir do instante em que esteja

trabalhando em conjunto com as demais artes, ou as demais "ações" humanas. O teatro não luta sozinho; sua atuação depende de outras atuações. A consciência disto é fundamental para o desenvolvimento de uma estética popular no Brasil.

"Necessitamos de um teatro que não nos proporcione somente as sensações, as idéias e os impulsos que são permitidos pelo respectivo contexto histórico das relações humanas, mas sim, que empregue e suscite pensamentos e sentimentos que desempenhem um papel na modificação desse contexto". (Brecht)

E, um balanço do teatro brasileiro atual só demonstra que falta ainda muito trabalho para que se torne, realmente, a forma de lazer de nosso povo, voltado exclusivamente para seus problemas mais prementes. Brecht questiona: "Ora, se constatamos a nossa capacidade de nos deleitarmos com reproduções provenientes de épocas (ou países) tão diversas, não deveríamos então, suspeitar que nos falta ainda descobrir o prazer específico, a diversão própria de nossa época (ou país)?" Apesar de ter sido formulada na década de 40, na Alemanha de Hitler, a pergunta se adapta perfeitamente às nossas dúvidas atuais.

Plínio Marcos, em sua defesa contra a censura de "Abajur Lilás", responde: "... nós somos brasileiros e estamos contra o colonialismo cultural... estamos defendendo a língua do povo brasileiro e suas manifestações espontâneas. Porque um povo que não ame e não preserve as suas formas de expressão mais autênticas, jamais poderá ser um povo livre".

E, para Maria Helena Künnner, é necessário testar na prática uma conceituação correta do que seja o "popular" e sua forma de expressão em teatro, "para mantermos a lucidez diante da ideologização que marca o pensamento de nosso tempo que leva a um mascaramento do que seria autenticamente popular sob formas "populistas" ou popularescas, ou um paternalismo pretensamente didático, ou um intelectualismo disfarçado em mergulho antropológico nos mitos e costumes "primitivos", ou uma pseudo-abertura só manifesta em uma caridosa extensão do produto cultural a passivos consumidores dele em tudo distanciados. Cultura popular não é e nem pode ser uma simplificação ou barateamento de uma cultura dita "superior". Aquele "falar por" ou "falar sobre" o povo que ignoram ou distorcem o que há de específico em sua linguagem, valores, aspirações e necessidades".

O "prazer" de representar

É exatamente nesse sentido que se deve lutar e que trabalham alguns grupos de teatro que estão atuando, principalmente, na periferia dos grandes centros. O trabalho "in locum", juntamente com um processo de discussões, contato permanente para troca de informações, organização do pessoal em grupos de teatro, cuja matéria prima seja o questionamento de sua realidade, "entregando-lhes o prazer de representar e de se divertir", como diz Brecht.

Teatro popular significa, em última análise,

se, a detenção dos seus meios de produção pela classe popular. O teatro feito por quem possui um potencial transformador justamente porque necessita dessa transformação. Brecht diz que "a ciência atua diretamente sobre a realidade, modificando-a. A arte, ao contrário, modifica os modificadores da sociedade, transforma os transformadores. Sua ação é indireta, atuando sobre a consciência dos que atuarão na realidade".

Nesse sentido, podemos citar como exemplo o trabalho desenvolvido por Boal nas "vilas de miséria" do Peru, em agosto de 1974. O projeto consistia em cursos de "como utilizar o teatro como meio de alfabetização", baseados numa reflexão sobre o método Paulo Freire. Trabalhando, além das favelas, nas regiões mineiras, no campo e, principalmente, nos lugares onde a língua falada não era o castelhano (quase 80% do país), objetivava a alfabetização no idioma materno e no castelhano, "sem forçar o abandono daquela em benefício desta". E, também, alfabetizar em todas as linguagens possíveis, especialmente artísticas como o teatro, fotografia, bonecos, cinema, etc. O mais importante era transformar o povo, espectador, ser passivo, em ator e modificador da ação dramática, no teatro. O trabalho se desenvolvia em 4 etapas: o conhecimento do corpo, o corpo expressivo, o teatro como linguagem, o teatro como discurso. Para isso, Boal usou também todas as experiências que desenvolveu no Brasil a partir do Arena, teatro Jornal, fotonovela, teatro invisível, e outras. O principal objetivo era fazer com que o povo dominasse os meios de produção teatral.

Aqui no Brasil

Para que esse trabalho conjunto de pesquisa, de levantamento de campo e busca de formas expressivas, com as camadas populares, seja profundo e tenha uma continuidade, a maioria dos grupos vêm assumindo um estilo de organização mais independente, sem os "vínculos comerciais tradicionais". "Teatro popular numa estrutura empresarial tradicional é pura mistificação", comenta o pessoal do Núcleo; "principalmente porque impõe temas que nada têm a ver com a realidade do povo brasileiro e porque não permite que este intervenha no trabalho e o modifique". Outro problema que esta estrutura apresenta é com relação à verba que, sendo fornecida e administrada por um empresário, só é aplicada, claro, no que lhe interessa.

Sendo assim, os grupos estão procurando trabalhar numa estrutura onde detenham os meios de produção e possam decidir sobre seus próprios objetivos.

"A ciência e a arte têm de comum o fato de ambas existirem para simplificar a vida do homem. A primeira, ocupada com sua subsistência; a segunda, com sua diversão. Mais, tarde, a arte extrairá diversão da nova produtividade que, uma vez livre de obstáculos, será, em si própria, o maior dos prazeres. Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes — a arte de viver". (B. Brecht).

SIP

Liberdade para quem ?

Vangloriando-se de vir defendendo a liberdade de imprensa há cerca de trinta e três anos, encerrou-se dia 23 em São Paulo, depois de cinco dias de reunião, o Congresso anual da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa). Quem acompanhou o noticiário de "O Estado de São Paulo" foi bombardeado por uma chuva de louros para a SIP, que parecia estar decidindo os destinos do mundo. E talvez fosse. A SIP (ou clube dos proprietários de jornais) reúne anualmente diretores dos principais jornais do hemisfério, cuja situação econômica e o privilégio de monopolizar grandes cadeias jornalísticas deixa-os muito à vontade para discutir temas como liberdade de imprensa, totalmente desligados de quaisquer implicações sociais e políticas. E assim foi que, defendendo o conceito de liberdade de imprensa como "um ideal somente alcançado quando a sociedade Humana chegar à democracia perfeita", transcorreram calmamente os debates e discussões do Congresso, ao fim do qual se retiraram 18 medidas básicas "para aliviar o drama dos 10 países onde a liberdade de expressão é negada". Os dez países

seriam: Brasil, Cuba, Chile, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, Haiti, Uruguai e Guiana. As tais medidas básicas vão desde enviar mensagens e comissões a tais governos, até investigar a ação da UNESCO nos meios de comunicação de massa dos países subdesenvolvidos. No Brasil, por exemplo, a SIP pedirá a Geisel o fim da censura. Depois, cada um voltou a seus países para continuar lutando pela liberdade de imprensa que em seus estudos não seriam mais que esses pontos principais: violação aberta à liberdade por parte de governos totalitários, pressão de natureza política, econômica, social ou ideológica movidas por fontes oficiais e privadas. Júlio de Mesquita Neto chegou a dizer no Congresso que política nada tem a ver com liberdade de imprensa. Para os congressistas, causou comoção o uso da violência e de guerrilha "para amedrontar jornais e jornalistas". Os atentados pessoais e o terrorismo seriam "exemplos cruéis de que, hoje em dia, o exercício do jornalismo digno põe em risco a integridade física e até mesmo a vida." Mas não se referiram à atual onda de prisões a jornalistas por parte de repressão dita "go-

vernamental"; apenas citaram os nomes dos presos. Considerando-se a relação estreita que há entre o jornalismo e a política e admitindo-se que ele é sempre dirigido pelos interesses de uma determinada classe, no caso os congressistas da SIP, defendem os interesses do capitalismo e da burguesia. Na medida em que informa, interpreta e dá opinião, o jornalismo é uma força política a serviço de interesses de seus donos. E mais uma vez, para os congressistas da SIP, interessa apenas que não seja abalado seu poderio econômico e político. Para isso, as coisas devem ficar como estão: um país de mais de cem milhões de habitantes, cuja maior tiragem de jornal é de 300 mil exemplares, fora o contingente de analfabetos, da casa dos 40 milhões. E a "liberdade de imprensa" e o "liberalismo" dos Mesquita e cia. quer comer a "vitela antes de abatê-la", como bem disse Brecht. O papel político da atividade jornalística depende portanto da classe social a que esse jornal serve e ao conjunto das relações econômicas e sociais que se dão no país. Ainda usando as próprias palavras de Júlio de Mesquita Neto, que diz ser a liberdade de imprensa propor-

cional à independência econômica do jornal, concluiríamos: essa "independência econômica" é feita às custas de que? De publicidade. Esta vincula o jornal a outros grupos economicamente fortes, que por sua vez não anunciariam em um jornal que lhes questionasse a própria existência. A propriedade dos meios, o uso intencional das comunicações e seus controles refletem o desenvolvimento político, a filosofia da sociedade. O jornalismo, por seu lado, produto e agente dessa sociedade, leva à massa os pontos de vista da classe a que está vinculado, e que lhe interessa difundir, através da escala de valores da ideologia dominante, que é a sua.

A "liberdade de imprensa" que a SIP prega, portanto, forçosamente retirada de sua conotação social, é mesmo deformada por seus defensores: "A luta pela liberdade de expressão é duplamente difícil porque, ao defender a liberdade sem limite, abre os flancos aos inimigos da liberdade", diz Mário Busch em artigo no "Estado". As funções do jornalismo, contrárias aos propósitos da SIP, não podem ser consideradas independentemente do regime social em que ocorrem, nem separadas das relações de propriedade sobre os meios. Mas tendo em vista a preciosa direção social que a posse dessas empresas proporciona, não admira que os capitalistas cuidem bem da sua "menina dos olhos", aquilo que chamam "liberdade de imprensa". Desse modo, em seus cinco dias de reunião, discutiu-se o "aumento do preço do papel, métodos para economizá-lo, a presença crescente do erotismo na imprensa, a estatização da economia na América Latina, a divulgação em excesso das realizações em Cuba". É o Estado quem diz: "A estatização crescente da economia na América Latina pode ameaçar a independência econômica das publicações e os jornais que defendem os regimes socializantes foram alertados para as graves consequências que este sistema pode trazer para a imprensa".

OLHA O PENHA — LAPA !

Nele tem de tudo: judeu, malandro, passarinho, prostituta, soldado, burocrata, tecnocrata, acendedor de lampião, palhaço; amante, tefepista, estudante, dedo-duro... e todo dia a lesma lerda. Isso já completou uma década. O mesmo empurrão, o mesmo pisão, tudo igual a dez anos atrás.

"Taí o Penha-Lapa, vulgo transporte de massa".

Quando ele se aproxima, tá um encima do outro. — "Primeiro as muié...", e o que estava na frente se acanha (raramente) e dá lugar às senhoras, senhoritas, e crianças, até que o de trás resmunga: — "O fresco qué dá uma de bonitinho, né? Sobe que eu preciso trabalhar, pôrra! Subida (ou suspensão?) a última fêmea (lá dentro mulher é fêmea, esposa é patroa e nós somos machos), a negrada se enrosca atrás, quase na rua, e aí começa a outra guerra.

Lá fora, a cidade já cheia de fumaça, diz bom-dia.

Mas, estávamos lá dentro: carinho, sonhos, tapas, sarros, passadinhas de mão nas bundas e nas carteiras. Também tem fungadas no pescoço, sussurros nas orelhas de desconhecidos, arrôtos, convites, desquites, peidos...o diabo. Tudo isso sob um clima que vai de "avanço" a suor, passando, evidentemente, pela sacanagem.

O trânsito pára constantemente. Retifico: anda raramente. O povão mete a boca: — "Amanhã vou de trem...", essa cemetecê tá uma bosta..." ou "ai que saudades da Bahia..." e "QUER tirar o seu guarda-chuva do MEU sapato, por favor..."

Enquanto isso, um rosto cola no meu e, de soslaio percebo um cara dormindo em pé, tendo-me, em seus sonhos, como sua nêga. Tusso, e nada. Ronco, fungo, assobio, e nada. Grito! O negão acorda assustado e vira pro outro lado. Duas vezes cortam a vigília do "meu" crioulo:

— Abre a janela, catso...

— Abre a tua, palhaço!

No Penha-Lapa, amigo passageiro e leitor, abrir a janela do outro é desafeto. É convite pra sair no braço, mesmo porque, aonde vai se escrever palavrões, jurar amor eterno, falar da mulher do motorista, senão no vidro embaçado? Exceções só em dois casos: mulher grávida e vomitando. Pro primeiro nem se liga e pro segundo também não. Desista, portanto. Mas, o velho Penha-Lapa não é tão fora-da-lei, assim não... Entram todos as que puderem ou que empurrarem, com apenas um porém: a porta tem que estar sempre fechada. Não interessa se a bolsa, o saco & a vida ficaram presos. "Ordem é ordem", já disse o motorista.

Com portas e janelas trancadas, lá vai o Penha-Lapa, com jeito de coletivo. E só para na Praça da Sé (a maioria desce, deixando a outra maioria lá dentro) onde quase todos se benzem e agradecem outro dia de trabalho que chega e outro de Penha-Lapa que já passou, que todos vêem e que as "autoridades" fazem que não enxergam. E o que elas não vêem, o nosso coração não sente, uai!

J.C. Conte
Educação Física - USP

AOS SABADOS

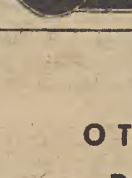
5 cursos práticos

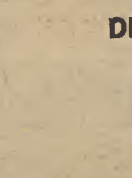
PARA UNIVERSITÁRIOS

 **DESENHO TÉCNICO DE ARQUITETURA**

 **PERSPECTIVA APLICADA**

 **desenho animado**

 **CINEMA AMADOR super 8**

 **FOTOGRAFIA E REVELAÇÃO À CORES**

inscrição Sem taxa

R. VEIGA FILHO, 698

ou **PAPELARIA DO CAMPOS na FAU**

Fone: 67-7850 (Higienópolis - SP)

CLARIM

O TROMBADINHA DA IMPRENSA DE CAMPINAS

Cr\$ 3,00

FUTABA

CINE-FOTO

Vendas, Filmes, Papeis Fotográficos, Químicas etc.

Revelação, Serviços Fotos em geral

Loja 1 - R. Teodoro Sampaio, 1138 Fone 282-2262

Loja 2 - Rua Teodoro Sampaio, 2534 - Loja 41

Loja 3 - Rua Maceió, 52 - Consolação

Loja 4 - Al. Itu, 1090 Esq. c/ Augusta



"Nós, estudantes de Geologia reunidos em Assembléia Geral, objetivando um debate aberto, ciente da nossa responsabilidade, nos propomos a denunciar os problemas que além de comuns a toda universidade brasileira, se agravam de maneira bastante sintomática dentro do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia". (Esse é um trecho do documento que marca o início da maior greve estudantil no Brasil desde 1968).

GREVE NA BAHIA

A UFBa, com 14.000 alunos, é a terceira universidade do país. No dia 22 de setembro, diante da iminência da aprovação de mais duas modalidades de jubilação na Câmara de Graduação, os 250 estudantes da Geologia, reunidos em Assembléia Geral, decidem paralisar as atividades escolares. O documento tirado na assembléia denuncia o baixo nível de ensino, a excessiva teorização num curso que deveria ser eminentemente voltado para a prática, o ensino pago, e posiciona-se frente ao jubilação: "O baixo nível de ensino, o número limitado de vagas e o alto índice de reprovação, têm provocado um 'inchamento' nas universidades do país. O jubilação é utilizado para imputar ao estudante a pecha de incapaz, transferência assim, para ele, erros da estrutura educacional sob a qual vivemos".

O Reitor reage imediatamente, proibindo a utilização das dependências da universidade para reuniões e assembléias, classificando o movimento de "grevista e ilegal".

25/9 — QUINTA

O movimento começa sua escalada dentro da universidade. Os alunos de Arquitetura decidem paralisar as atividades didáticas e reivindicam como condições imediatas para o retorno às aulas, que a escola assuma uma posição oficial, afirmando claramente a inadequação do jubilação à atual situação do curso de Arquitetura: exigem também que a universidade se comprometa de maneira oficial e pública a suspender imediatamente a aplicação do jubilação. A Escola de Economia lança um documento denunciando a Reforma Universitária e a falta de verbas como responsável pela má qualidade de ensino.

Nessa tarde, o Reitor recebe uma comissão de cinco alunos da Geologia e Geografia para esclarecer a posição oficial: "O jubilação é lei e deve ser cumprido. Reconheço que vocês são vítimas — está havendo jubilação demais na UFBa, mas a suspensão da lei foge à alçada da reitoria". Sobre a comissão paritária exibida pelos alunos para examinar os problemas mais urgentes da universidade, foi taxativo: "Es-

sa comissão é ilegal e representa uma divisão na estrutura do poder". A Câmara de Graduação adia pela primeira vez a votação do jubilação.

30/9 — TERÇA

Engenharia, Ciências Sociais e Administração aderem à greve. O Reitor anuncia a volta às aulas nas próximas horas...

1/10 — QUARTA

Quatro mil e quinhentos alunos em greve. Hoje, houve a primeira Assembléia Universitária de onde saiu um documento denunciando detalhadamente as péssimas condições de ensino na UFBa e exigindo a imediata suspensão do jubilação, aumento de verbas, liberada para as atividades estudantis, abono de faltas e realização de trabalhos e provas que deveriam ter havido durante a greve, formação de uma comissão paritária de estudantes e professores para fazer cumprir deliberações de caráter não-imediato tomadas pela assembléia e encaminhar as discussões que têm por objetivo garantir a volta de todos os colegas que já foram jubilados.

Entra em cena, também, uma figura que iria ter papel de destaque nos acontecimentos posteriores: o Prof. Edson Machado, diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, que de saída defende o jubilação "desde que baseado em critérios justos" (ele não explica quais são esses critérios) e sentencia: "A Universidade deve eliminar os alunos que não têm aptidão".

O Reitor, em conversa com os alunos, alega que a suspensão do jubilação é assunto de competência exclusiva do Conselho Federal de Educação.

2/10 — QUINTA

Vinte e cinco cursos, num total de 7.000 alunos, estão em greve. Pela manhã, uma concentração de três mil alunos em frente à reitoria aguarda a decisão da Câmara de Graduação sobre o jubilação que pela segunda vez, a pedido do Reitor, adia a dis-

cussão do problema para uma data não determinada.

Edson Machado, que no dia anterior, juntamente com o Reitor, comparecera à Assembléia Permanente da Faculdade de Arquitetura e reconheceu a justeza das reivindicações estudantis, dá novas declarações à imprensa: "Vamos providenciar alguns recursos para solucionar os problemas mais imediatos" (equipamentos para a Odontologia e um ônibus para a Geologia). E, contrariando as afirmações do Reitor, continua: "Só existe uma forma de jubilação — a do decreto 464, que se refere ao tempo máximo de conclusão dos cursos: fica ao critério das universidades outras formas de jubilação. O MEC não reconhece a paralisação e informa aos alunos ser impossível o abono de faltas e a transferência de provas".

Nesse mesmo dia, um mimeógrafo comprado pelo DCE e DAs e que era usado para a impressão de jornais e boletins das escolas, foi apreendido pelo diretor da Faculdade de Ciências Humanas com a anuência da Reitoria, sob a alegação de que dentro da UFBa só poderia permanecer material pertencente a ela. O fato provocou uma reação imediata dos estudantes que assinaram um abaixo-assinado declarando-se co-proprietários do mimeógrafo. Até agora a reitoria não se manifestou a respeito das vitrolas que alguns diretórios possuem e que nunca foram objetos de tal sanha desapropriatória.

3/10 — SEXTA

Os estudantes, vendo fecharem-se os canais de diálogo com a reitoria, decidem pedir ao Cardeal Primaz da Igreja Católica no Brasil, D. Avelar Brandão, que sirva de mediador nas negociações. Ao fim do primeiro encontro com o Reitor, procurado pela imprensa, o Cardeal piedosamente declarou: "Lamento verdadeiramente o que está acontecendo. Espero que uma solução seja encontrada para sanar a crise. De nossa parte, fazemos um ato de fé no bom senso dos estudantes e na boa vontade da nossa reitoria". E recomenda a volta às aulas.

Diante do apelo das autoridades, que se dizem merecedoras de um voto de confiança, os estudantes de Medicina — ainda em aulas decidem se manifestar. No mês de

junho desse ano os alunos da Faculdade de Medicina da UFBa decidiram entrar em greve quando, através dos jornais, souberam que o hospital-escola seria fechado por falta de verbas (veja DOIS PONTOS nº 1, pág. 5). A intervenção do Sr. Edson Machado providenciando uma verba para evitar o fechamento imediato do hospital, a formação de uma comissão paritária e um apelo das autoridades pedindo um voto de confiança fizeram com que os alunos retornassem às aulas após quinze dias de paralisação. Três meses depois, a Universidade quase completamente paralisada, os estudantes denunciam o resultado das promessas: "a Comissão Paritária não foi reconhecida como tal, e sim como um grupo de trabalho sem nenhum poder deliberativo: a pequena verba já foi totalmente consumida e, hoje, no hospital, faltam até medicamentos dos mais básicos como insulina e antibióticos: a situação do ensino nos seus aspectos fundamentais continua sem solução. Nossas principais reivindicações não foram atendidas". E finalizam: "Sabemos agora que fomos envolvidos e enganados, apenas por culpa da nossa disposição em retornar às aulas, confiantes na boa fé das autoridades que nos acenaram com promessas e soluções. O caos continua. (...) Parece que as medidas empregadas contra o movimento de paralisação das outras unidades são semelhantes às usadas contra nós. Cozinhar reivindicações em 'banho-maria', adiando as decisões de modo a esvaziar, desmatar as iniciativas e no final propor uma solução intermediária, enfraquecedora, uma comissão qualquer para estudar o assunto. A próxima etapa é mergulhar tudo numa nebulosa burocracia, tendo o cuidado de fingir a procura de soluções, sempre 'complexas' e 'a longo prazo'".

8/10 — QUARTA

O movimento continua, agora com 32 cursos paralisados. O reitor convoca 30 representantes dos DAs e o presidente do DCE para uma reunião. Depois de discorrer longamente sobre um livro de sua autoria recentemente publicado, afirma gravemente que está ali "para dialogar e não para conversar sobre greve". E mantém todas as posições anteriores.

15/10 — QUARTA

"... em decorrência do fechamento e das dificuldades encontradas na reitoria" os estudantes tomam providências para iniciar contatos diretos com o MEC. Fica decidido em assembléia o envio de representantes a Brasília, com um manifesto para ser entregue às autoridades e lido na Câmara e no Senado. É aprovada também a proposta de um encontro nacional de estudantes a ser realizado em Salvador "para debater os graves problemas das universidades brasileiras".

A Farmácia adere, somando 35 cursos e 11.000 alunos.

17/10 — sexta

Pela manhã, o Sr. Edson Machado comparece a uma assembléia e expõe os motivos de sua visita: "Vim por recomendação do ministro Ney Braga ajudar alunos, professores e a administração superior da universidade, a encontrar a solução para o impasse que resulta por um lado da posição intransigente assumida pelos alunos e por outro lado da impossibilidade evidente de reitoria dar as respostas imediatas que lhe estão sendo exigidas". E resuscita o velho fantasma da minoria-bastante-ativa-que-influencia-a-maioria-dos-alunos, que segundo ele, deseja voltar às aulas. De qualquer maneira, assegura aos alunos o direito de reunião até a próxima terça-feira. À noite, em declarações à imprensa, a conversa já é outra: "A partir da próxima segunda-feira, a Universidade com o apoio dos órgãos competentes do governo, assegurará o acesso às aulas a todos os quantos queiram retornar às atividades discentes, bem como tomará providências para coibir práticas atentórias ao pleno restabelecimento da normalidade das atividades universitárias". De passagem, relembra que o 477 não foi revogado.

Todos os jornais são impedidos pela Polícia Federal de noticiarem a greve e o Minis-

tro das Comunicações proibiu, através do DENTEL, que qualquer rádioemissora fizesse referência à crise universitária sob pena de ser retirada do ar.

20/10 — SEGUNDA

A tensão na universidade cresce com o número de elementos vestindo calça Lee e camiseta que são absolutamente desconhecidos no campus.

No sábado, o DCE foi convidado a manter um contato com o governador do Estado, prof. Roberto Santos, ex-reitor da UFBA, e mentor da implantação da Reforma Universitária na sua gestão. Nesse contato foram feitas diversas ameaças: total censura aos meios de comunicação, policiais nas escolas, fechamento de diretórios, e afirmou: "Embora não seja interessante para a imagem do governo uma ação repressiva às claras, esta será usada pois guerra é guerra". As assembléias, apesar das promessas de Edson Machado, são constantemente interrompidas por funcionários da administração avisando que estão proibidas as reuniões de alunos. Na Engenharia, por três vezes, o diretor da escola pede, como um favor pessoal, que os alunos se retirem do recinto, invocando misteriosamente ordens superiores. Os alunos da Arquitetura são evacuados do prédio da escola pela guarda do campus. O Diretório Acadêmico de Medicina é fechado. O Reitor proíbe a Assembléia Geral de amanhã.

De todas as assembléias setoriais é retirada uma posição para ser levada à assembléia Geral, na Faculdade de Ciências Humanas: a maioria vota pela continuação da greve, mas algumas escolas propõem um recuo "tático e organizado".

21/10 — TERÇA

Salvador amanhece com a circular do ministro de Justiça, Armando Falcão, nas

banças proibindo passeatas, comícios, concentrações ou outras manifestações "capazes de provocar agitações, a fim de preservar devidamente o clima de ordem e tranquilidade reinante em todo o território nacional".

É nesse clima que os estudantes encontram o acesso à Faculdade de Ciências Humanas ocupado por carros da Polícia Militar e Polícia Civil. A assembléia, decide-se então, será realizada ao ar livre em frente à Escola de Engenharia. Sob os olhares vigilantes de seus carros de polícia, 2.500 alunos instalam-se precariamente numa rampa gramada e a assembléia tem início. Algumas escolas propõem o desmembramento da Assembléia Geral em assembléias setoriais em virtude das péssimas condições do local (é praticamente impossível ouvir o que a mesa fala). É providenciado um megafone e a assembléia continua, agora quase completamente cercada pela polícia. Duas propostas básicas dominam a discussão: a primeira pede a volta às aulas de uma maneira organizada já que não existem condições de segurança que permitam a continuação do movimento; a segunda propõe que o movimento continue sob quaisquer circunstâncias pois um recuo agora significaria a derrocada total do movimento.

De repente, com o cerco policial agora completo, desce de um Dodge Dart preto um senhor de camisa e gravata e vem andando até a assembléia — é o Secretário de Segurança Pública da Bahia. Pedindo licença à mesa e silêncio ao plenário, começa a falar, paternal: "Meus senhores, não estou aqui como autoridade, e sim como uma pessoa mais velha, mais experiente, que vem lhes dar um conselho: voltem às aulas! As autoridades educacionais estão fazendo todo o possível para resolver os problemas de vocês, não é? Então vocês já podem voltar às aulas tranquilos". Gestos largos acompanham o tom de voz manso: "Eu já dei ordens de começar a repressão e vocês sabem que isso não é brincadeira. Nós já sabemos quem são os líderes — inclusive, eu estou reconhecendo alguns deles, aqui presentes — e esses serão os pri-

meiros a serem presos. Só nós é que sabemos como uma prisão agora pode prejudicar o futuro de vocês. Portanto, meus senhores eu lhes peço encarecidamente que reconsiderem meu apelo e voltem às aulas". Um estudante ao lado do Secretário levanta-se e rebate, inflamado: "Coronel! Eu queria dizer duas coisas; primeiro: só nos resta lamentar que mais uma vez no Brasil um caso de educação seja transformado num caso de polícia! As próprias autoridades educacionais reconheceram a justiça do nosso movimento. Segundo: se para o nosso movimento ter sucesso é necessário que corra o sangue da liderança, o senhor pode estar certo, Coronel, esse sangue correrá!" Um minuto de aplausos frenéticos. O Secretário retira-se e fica observando a assembléia de longe.

As discussões continuam debaixo de um intenso clima emocional. No final, vence a proposta: "Continuaremos em greve até rompermos o cerco policial à Universidade". Os estudantes saem juntos e vão a pé até o centro da cidade onde se dispersam.

22/10 — QUARTA

A Universidade está ocupada por forças policiais armadas com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, escudos, capacetes e cassetetes. Algumas prisões são feitas. Um estudante de Geologia é preso quando distribuía cópia "xerox" da reportagem do "Estado" sobre a assembléia do dia anterior (o jornal sumira misteriosamente das bancas de Salvador). Patrulhas policiais dispersam grupos de mais de três alunos.

23/10 — QUINTA

As prisões e intimações para depor na Polícia Federal continuam. Os alunos, reunidos em rápidas assembléias, decidem voltar às aulas, algumas unidades na sexta, outras na segunda.

27/10 — SEGUNDA

Acaba a maior greve de estudantes no Brasil desde 1968.



"A principal garantia que temos agora reside em nossas próprias forças, na unidade e persistência que mantenhemos num processo de vigilância e mobilização dos nossos direitos, assim como nos diversos setores da Comunidade que até o momento vêm pleiteando irrestrito apoio à nossa luta, e que certamente não assisirão passivos o desenrolar dos fatos".

(Documento dos estudantes da Faculdade de Arquitetura)

A criação do Projeto Rondon

Na porta da Cidade Universitária, uma grande faixa convidando os estudantes a se inscreverem na Operação Nacional do Projeto Rondon trouxe à lembrança o Campus Avançado da USP em Marabá vinculado ao Projeto Rondon. O que está acontecendo por lá poucas pessoas sabem, talvez pela própria distância física ou porque nada de muito relevante esteja sendo feito que mereça atenção. Diante disso resolvemos entrevistar alguns alunos da USP que tivessem feito parte de alguma das equipes que foram para Marabá e pudessem contar sua experiência. Antes, porém, é importante situar o Projeto no contexto em que foi criado e os seus objetivos.

Verificando-se seus princípios teóricos — interiorização da Universidade, e sua consequente participação no desenvolvimento, participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional, interiorização da mão de obra — poder-se-ia, até mesmo, achá-lo válido, pelo menos enquanto idéia. Mas, como não podia deixar de ser, sua promoção não visa somente atender as populações carentes do interior brasileiro, pois se houvesse realmente este interesse, antes de qualquer medida assistencial, procurar-se-ia criar bases efetivas de desenvolvimento nessas regiões. Os motivos que fundamentaram a criação do P. R. foram muito mais políticos e ideológicos, o que fica bem claro quando se observa a época em que surgiu — 1967 — quando o movimento estudantil estava em grande efervescência. O objetivo do órgão era atrair os estudantes para participarem das operações do Projeto e com isso formar uma nova juventude que visse com bons olhos as realizações dos governos pós-64. Tais intenções podem ser observadas através dos comentários da imprensa da época: "Os fanáticos terroristas que se grudam no movimento estudantil nada conseguem, pois o estudante brasileiro é aquele que salva vidas em Rondônia e não o embevecido com a guerrilha retórica de Havana" (O GLOBO, 9/8/67).

O Campus Avançado da USP em MARABÁ.

As operações do Projeto Rondon eram, no entanto, periódicas e havia a necessidade de uma atuação mais contínua em determinadas áreas. Para isso foram criados os "Campi Avançados", extensões das Universidades fora de suas sedes, iniciando-se a sua implantação em 1968. Em 1971 a USP foi encarregada da manutenção do Campus de Marabá, no estado do Pará. Construídas as instalações do Campus, iniciou-se o envio de equipes, sendo que cada uma delas lá deveria permanecer por 30 dias; sendo, então, substituída por outra. Com base neste esquema de trabalho, poder-se-ia desenvolver um trabalho ininterrupto, com possibilidades de verificação dos resultados conseguidos a longo prazo. Os estudantes, como mão-de-obra qualificada, muito poderiam contribuir para o desenvolvimento da região. Até hoje o trabalho é desenvolvido dessa forma.

O Campus é administrado por um diretor na própria sede e aqui em São Paulo pelo Grupo de Trabalho Universitário, havendo um intercâmbio entre as duas administrações. A coordenação de lá cabe enviar um relatório acerca das necessidades locais e ao GTU, elaborar planos de ação para supri-las. Os estudantes recrutados nas diversas áreas apresentariam um plano de trabalho ou então seriam treinados para colocar em prática o plano elaborado pela coordenação do seu setor. Teoricamente o estudante não poderia ir para Marabá sem um plano de trabalho.

"Vejam, eu estou aqui para ajudar vocês!"

O que normalmente acontece é as equipes irem para lá sem nenhum preparo, segundo crítica feita por um participante de uma delas: "A desvinculação do Campus Avançado com a Universidade, sob o ponto de vista administrativo assume proporções tremendas. Esta débil vinculação fica restrita a esparsas reuniões entre os professores coordenadores de cada área de atuação, muitos dos quais nem sequer conhecem a região, ou aceitaram tal função mais para atender a interesses pessoais. As reuniões do GTU, como é denominado o grupo de coordenadores, são realizadas na sede do Campus Avançado aqui na USP e foi preciso que reivindicássemos a participação dos estudantes nos trabalhos para que pudessemos também participar das



reuniões. Incrível é a falta de preparação do pessoal que constitui as equipes de atuação, tanto ao nível de formação específica, como ao nível de conhecimento dos problemas da região. Não é realizado nenhum trabalho de preparação dos elementos que seguem para Marabá muitas vezes sem saber onde se localiza a cidade, sua constituição, principais problemas, o programa de trabalho anterior. Chegando à cidade muitos se mostram desorientados com a relativa urbanização da cidade — "Puxa, pensei que eu vinha pro mato!" ou com o quadro desolador das palafitas espalhadas nas margens dos rios — "Nunca imaginei que isso aqui fosse tão miserável assim" ou ainda se mostram surpresos com a afamada rodovia Transamazônica — "Mas ela não é asfaltada"? À medida que você começa a percorrer a cidade, tomando os primeiros contatos com a população, desfilando orgulhosamente com a camiseta do Campus — "Integrar para não entregar" — você começa a sentir pela reação das pessoas, pela inexpressividade de suas feições, que elas estão precisando bem mais do que um questionário de avaliação das condições de vida, de habitação, de saúde, etc. apresenta do por um sadio e bem humorado acadêmico que parece sussurrar nas entrelinhas — "Vejam, eu estou aqui para salvar vocês". Logo depois começa a fase de angústia e depressão. O estudante se conscientiza do quadro que o envolve, se conscientiza do seu real papel, e passa todo o restante de sua atuação fechando os olhos para o quadro mais amplo, se fixando apenas na especificidade do seu programa. E continua comentando o quanto é ineficaz o trabalho realizado pelo estudante devido à sua descontinuidade: "Em relação à continuidade dos trabalhos, isso não passou na verdade do papel ou da intenção da equipe da qual fiz parte (início do ano passado) que tentou elaborar um programa multidisciplinar integrado a longo prazo, onde os vínculos C. A. — USP ficassem mais definidos. Em realidade

a equipe que vai para lá realiza um trabalho que já foi realizado anteriormente, e que necessitaria de uma continuação e de um aprofundamento maior, ou então vai para realizar um trabalho que vai atender a interesses individuais, ou ainda a uma necessidade premente."

Um projeto que foi perdido.

Quando o interesse é realizar um trabalho mais longo a administração do Campus não mostra interesse por ele, como aconteceu com uma estudante de Biblioteconomia: "Fui com uma equipe para Marabá em 1973 para organizar a pequena biblioteca pertencente ao Campus, a biblioteca do ginásio de Marabá e a do primário de Itupiranga. Um mês depois de já ter vindo embora, retornei a Marabá, desta vez fora de equipe, para auxílio à Biblioteca do Instituto Nacional do Livro, que instalava o "Projeto Transamazônica", de distribuição de livros às escolas das agrovilas e aglomerados ao longo da estrada. Juntamente com outra bibliotecária interessei-me pelo Projeto, percebendo nele possibilidades de oferecer uma infra-estrutura adequada a um trabalho de criação de hábito de leitura em indivíduos recém-alfabetizados. De volta a São Paulo, preparamos um projeto de trabalho, detalhado e bem fundamentado, solicitando condições para permanecer na área por 1 ou 2 anos, mediante convênio com o INL e a SUDAM. Além de contatos com elementos desses 2 órgãos, discutimos diversas vezes com a direção do Campus, aqui em São Paulo, modificando ou acrescentando dados no projeto. O papel da direção do Campus, pelo que soubemos, seria apenas o de encaminhar o projeto à Central do Projeto Rondon, a qual entraria em entendimentos com as outras entidades. Mas, o que aconteceu, por desleixo e desinteresse total da direção do Campus, foi que o projeto foi perdido nos escritórios

do CRUSP (sede do Campus), o que viemos a saber meses depois de ter sido entregue, e quando já esperávamos alguma resposta de Brasília. Assim, um trabalho que poderia oferecer continuidade e resultados mais duráveis foi podado na raiz". E conclui desalentada: "Incúria, desinteresse, desleixo? Ou faz parte de uma política mais ampla do Projeto Rondon, de atuações rápidas e superficiais, espalhando camisetas com emblemas em todos os cantos do Brasil? Não podemos esquecer que o Projeto Rondon pertence ao Ministério do Interior, assim como a FUNAI, que por coincidência também não dá grande valor a elementos que pensam nos resultados do que se faz no momento"...

Este fato confirma o caráter meramente assistencial e imediatista inerente ao Projeto Rondon, que é também uma forma de aliviar tensões sociais em áreas de grande interesse político como é o caso de Marabá.

Coletando minhocas???

Como já foi dito acima, os trabalhos desenvolvidos por alguns estudantes atendem na maioria das vezes a interesses particulares e não aos da comunidade; como aconteceu a um estudante de Arquitetura que foi procurado para fazer o projeto da casa de um fazendeiro da região. Este mesmo estudante cita um outro fato semelhante, ou seja, a prestação de serviços do Campus a particulares: "Lembro-me também que faziam parte da minha equipe duas garotas da Biologia que foram a Marabá especificamente para coletar minhocas para depois analisá-las. Ora, não vou questionar a validade deste trabalho — pode ser que a partir delas se tenha uma amostragem da qualidade do solo que implicaria uma análise indicativa mais precisa — mas o que importa é que, conforme fiquei sabendo depois, era um material que o professor coordenador iria utilizar para o desenvolvimento de suas teses".

O que você acha do governo?

O fato de Marabá ser uma área de grande interesse político restringe ainda mais as possibilidades de um bom rendimento dos trabalhos. Os interesses em jogo dificultam os trabalhos do Campus e mais ainda o dos estudantes, segundo depoimento de um deles: "Apesar de você estar lá trabalhando para o governo, você ainda é um estudante, isto é, uma pessoa consciente e, portanto, potencialmente perigosa. Isso tudo acontecendo numa cidade como Marabá, no sul do estado do Pará, região em que se estabeleceu o maior foco da guerrilha do país, situação esta não muito levantada pelos órgãos de imprensa do Brasil, por razões óbvias. O que acontece então? Você vai viajar para um vilarejo a uns cem Km de Marabá por qualquer finalidade inerente à sua atuação, mas na véspera é aconselhado a adiar sua viagem pois no dia seguinte um batalhão do exército sediado na região iria bombardear a área em questão sob suspeita de esconder um grupo subversivo muito procurado. Ou então você está numa estrada, próximo a um núcleo urbano que você foi vacinar ou realizar qualquer outro trabalho, e no meio da estrada, você se vê cercado por um comando do exército da selva a te apontar fuzis e metralhadoras, te pedindo documentos. Na região você nunca poderá sair sem portar a carteirinha do Projeto Rondon, ou sem a camiseta, por mais imunda que ela esteja. Sempre vai existir alguém a te olhar com o rabo dos olhos, sempre disposto a te pagar uma cerveja e no bate-papo, te questionar coisas como: "O que você acha do governo? ou "Você não acha que é preciso mudar toda esta merda pra acabar com a miséria da região?" Esta situação vai te deixando em tal tensão, principalmente se você não estiver preparado, que no final compromete todo o seu trabalho".

Disso tudo se aprende que a inadequação do ensino da USP, muito mais voltado à formação de mão-de-obra especializada para as grandes empresas de Rio e São Paulo do que — aos reais problemas da população brasileira, leva a questionar a validade da manutenção do Campus Avançado de Marabá. E é essa mesma inadequação que faz surgir Projetos assistenciais como o Rondon, que tentam acobertar as verdadeiras origens da miséria de grandes regiões brasileiras, além de dar a muitos universitários uma falsa visão da realidade. Enquanto suas operações temporárias servem apenas como propaganda oficial do governo, a instalação dos Campi Avançados só se justificam pelo controle social que podem exercer em suas áreas de atuação.